



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**

**A DINÂMICA ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL NO ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO EM
SÃO GABRIEL DO OESTE NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

ADEMIR CAVALHEIRO LEITE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**CAMPO GRANDE/MS
JULHO/2005**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**

**A DINÂMICA ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO
ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO EM SÃO GABRIEL DO OESTE NO ESTADO
DE MATOGROSSO DO SUL**

ADEMIR CAVALHEIRO LEITE

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ido Luiz Michels

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

PUBLICAÇÃO: NÚMERO DA DISSERTAÇÃO/TESE/2005

**CAMPO GRANDE/MS
JULHO/2005**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**

**A DINÂMICA ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO
ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO EM SÃO GABRIEL DO OESTE NO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**

ADEMIR CAVALHEIRO LEITE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIINSTITUCIONAL EM AGRONEGÓCIOS (CONSÓRCIO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS), COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE GESTÃO, COORDENAÇÃO E COMPETITIVIDADE DOS SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS.

APROVADA POR:

Prof. Dr. Ido Luiz Michels – UFMS – Presidente

Prof. Dr. Paulo Marcos Esselin – UFMS

Prof. Dr. Paulo Sérgio Miranda Mendonça – UFMS

Prof. Dr. Louis Westphal - UFSC

CAMPO GRANDE/MS, 24 de Julho de 2005.

Leite, Ademir Cavalheiro

A Dinâmica Econômica e o Desenvolvimento Social no Assentamento Campanário em São Gabriel do Oeste no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademir Cavalheiro Leite; orientação de Ido Luiz Michels. – Campo Grande, 2005.

98 p.: il.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Departamento de Economia e Administração, 2005.

1. Latifúndios 2. Agricultura Familiar. 3. Reforma Agrária. 4. Assentamentos Rurais. L. Michels, I. II. Título.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LEITE, A. C. **A DINÂMICA ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO EM SÃO GABRIEL DO OESTE NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.** Campo Grande: Departamento de Economia e Administração, Universidade Federal do Mato Grosso do sul, 2005, 128p. Dissertação de Mestrado.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Ademir Cavalheiro Leite

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: A Dinâmica Econômica e o Desenvolvimento Social no Assentamento Campanário no Estado de Mato Grosso do Sul.

GRAU: Mestre ANO: 2005

É concedida a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva-se a outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Ademir Cavalheiro Leite

7.680.016

Rua Melanias Barbosa 380 apto. 304

79000-190 – Campo Grande/MS - Brasil

(067)331.42.82 – professorcavalheiro@bol.com.br

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu avós Luiz Auricchio e Emília Montuori Auricchio (*in memoriam*), pôr terem transferido para mim seus valores morais e éticos.

Aos meus pais Otacílio Cavalheiro Leite e Olga Auricchio Leite, pela vida e pelo carinho que a mim sempre dedicaram.

Ao meu irmão Airton Cavalheiro Leite por estar ao meu lado, em todos os momentos desde nossa infância.

A minha esposa Regina e meus filhos, Alexandre, Raquel e Natalia que acompanharam de perto esta minha jornada.

Aos professores Valdinéia Garcia da Silva, Maria Aparecida Barros Pinto e Nicolau Abrão Filho pelo apoio nesta dissertação nos momentos mais críticos.

E aos demais familiares e amigos que contribuíram de forma direta ou indireta na elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Ido Luiz Michels, que com sua visão futurista, deu a mim total apoio na elaboração desse trabalho.

Aos demais professores do Curso, que não mediram esforços na transmissão de seus conhecimentos.

Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia que deram apoio ao programa.

Às empresas Plantar Projetos e Planejamentos Agropecuários através de seu proprietário Engenheiro Agrônomo Wilson Mateus Brusamarello, Jully Armazéns Gerais através de seu Gerente Sr. José Vitório, Laticínios São Gabriel, através de seus funcionários, pelo fato de terem colocado toda a infra-estrutura de suas organizações a nossa disposição.

Aos órgãos IDATERRA - São Gabriel do Oeste, através de seu gerente-geral, Sr. Ramão Ximenes; INCRA, através da Secretaria de Superintendência, Sra. Rosalina Casagrande, pelo relevante suporte por meio da disponibilização de seus documentos.

Ao Amigo e Professor Thales de Sousa Campos, da UCDB, de São Gabriel do Oeste, que juntamente com sua equipe, vem desenvolvendo o Plano de Consolidação do Assentamento Campanário.

Aos assentados que de maneira gentil me receberam e cujas histórias e estórias engrandeceram de forma significativa esta pesquisa.

Aos colegas de mestrado pelo companheirismo e amizade.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
------------------------	----------

CAPÍTULO I: A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

1.1	Contextualização da questão agrária do Brasil	7
1.2	Agrovilas	28
1.3	Vila Rural.....	29
1.4	A reforma agrária no Estado de Mato Grosso do Sul.....	30
1.4.1	Acesso a terra	31
1.4.2	Desenvolvimento rural	35

CAPÍTULO II: CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO..... 39

2.1	O município.....	39
2.2	Aspectos geográficos.....	48
2.3	Limites geográficos	48
2.4	Área do Assentamento Campanário	49
2.5	Aspectos físicos	50
2.6	Solos.....	50
2.7	Clima.....	50
2.8	Vegetação natural e atividades antrópicas	51
2.9	Aspectos de infra-estrutura e de serviços	52
2.9.1	Estradas e transportes.....	52
2.9.2	Energia Elétrica.....	54
2.9.3	Abastecimento de água	55
2.9.4	Destino do lixo	55
2.9.5	Assistência técnica.....	57
2.9.6	Comunicação	57
2.9.7	Armazenagem	58
2.10	Aspectos sociais.....	58
2.10.1	Saúde	58
2.10.2	Segurança pública	59
2.11	Organizações	59

2.12 Habitação.....	60
---------------------	----

**CAPÍTULO III – CARACTERÍSTICAS GERAIS E ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS
ASSENTADAS 63**

**CAPITULO IV DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL DO ASSENTAMENTO
CAMPANÁRIO 80**

4.1 Dados Econômicos.....	80
---------------------------	----

4.1.1 Soja	81
------------------	----

4.1.2 Milho.....	86
------------------	----

4.1.3 Sorgo	87
-------------------	----

4.1.4 Leite	89
-------------------	----

4.2 Dados Sociais.....	91
------------------------	----

4.2.1 Educação	91
----------------------	----

4.2.2 Saúde.....	92
------------------	----

4.2.3 Êxodo e Migrações.....	93
------------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS 95

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO II

Figura 2.1: Localização de São Gabriel do Oeste	40
Figura 2.2: Café no início da década de 70	41
Figura 2.3: Começo do ciclo da soja 1976/1977	42
Figura 2.4: Balduino Maffissoni - fundador do município	43
Figura 2.5: Lançamento da bandeira e brasão em 1984	43
Figura 2.6: Vista aérea de São Gabriel do Oeste – 2004	44
Figura 2.7: São Gabriel do Oeste em 2003	45
Figura 2.8: São Gabriel do Oeste/Brasil	45
Figura 2.9: Soja - Base econômica do município	45
Figura 2.10: São Gabriel segundo maior produtor de soja de MS	46
Figura 2.11: Pecuária de corte - Base econômica do município	46
Figura 2.12: Genética apurada na pecuária.....	47
Figura 2.13: Tecnologia de ponta na agricultura	47
Figura 2.14: Tecnologia de ponta na agricultura 2	48
Figura 2.15: Localização geográfica do Campanário-São Gabriel do Oeste	49
Figura 2.16: Assentamento Campanário- modelo cartesiano	50
Figura 2.17: Trator dos assentados (construindo estradas).....	53
Figura 2.18: Acidentes ocorridos pela má construção das estradas internas	54
Figura 2.19: Estrada reparada pelos engenheiros do município.....	54
Figura 2.20: Casa de madeira no 1º Ano com água	56
Figura 2.21: Utilização de tração animal no 1º Ano dos assentados.....	57
Figura 2.22: Produtores utilizando máquinas no 1º ano do assentamento	58
Figura 2.23: Posto de saúde desativado No assentamento	59
Figura 2.24: Sede da AGAPE.....	60
Figura 2.25: Moradia inicial individual dos assentados	61
Figura 2.26: Moradias coletivas do 1º Ano do assentamento	61
Figura 2.27: Moradia após o 1º Ano do assentamento	62
Figura 2.28: Padrão das moradias atuais do assentamento	62

CAPÍTULO IV

Figura 4.1: Fluxo comercial da soja do assentamento para a industria	86
--	----

Figura 4.2: Fluxo comercial da soja do assentamento para os armazéns	87
Figura 4.3: Fluxo Comercial do leite no Assentamento Campanário.....	91

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo I

Tabela 1.1: Crescimento da atividade industrial do Brasil 1889 a 1930.....	14
Tabela 1.2: Extratificação de assentamentos rurais de MS por região 84/02	31
Tabela 1.3: Estrutura Fundiária.....	31
Tabela 1.4: População Rural de MS	32
Tabela 1.5: Projetos de Assentamentos Rurais em MS -1995/2002	34
Tabela 1.6: Acampamentos Cadastrados em Mato Grosso do Sul - 2003.....	35
Tabela 1.7: Processos de Assentamentos Rurais - 2004.....	35
Tabela 1.8: Aptidão em percentagem das terras do Estado de MS	35
Tabela 1.9: Classificação da Produção dos Principais Rebanhos do Mato Grosso do Sul no Raking Nacional- 2002	36
Tabela 1.10: Evolução da Produção Agrícola de MS -1980/1996.....	36
Tabela 1.11: Evolução de Produção Agrícola de MS -1998/2003.....	36
Tabela 1.12: Rendimento Médio Mensal das famílias da zona rural no MS 2002 .	37

Capítulo II

Tabela 2.1: População de São Gabriel do Oeste (densidade demográfica)	41
---	----

Capítulo IV

Tabela 4.1: Produção de soja no Assentamento Campanário no período de 2002-2005.....	82
Tabela 4.2: Percentual de Utilização do Espaço para o plantio da soja (02/05) ...	86
Tabela 4.3: Produção de milho no Assentamento Campanário no período de 2002-2005.....	87
Tabela 4.4: Percentual de Ocupação do Espaço de Plantio de Milho 2002 a 2005	88
Tabela 4.5: Produção de sorgo no Assentamento Campanário no período de 2002-2004.....	88
Tabela 4.6: Percentual de sorgo 2002/2004.....	89
Tabela 4.7: Produção de feijão no Assentamento Campanário no período de 2002-2004.....	89

Tabela 4.8: Percentual de ocupação do espaço para o plantio do feijão 2002/2004	89
Tabela 4.9: Produção anual de leite no Assentamento Campanário no período de 2002-2004.....	90
Tabela 4.10: Produção Interna Média do Assentamento Campanário com valores em Reais	92
Tabela 4.11: Percentual de Atendimento Médico Mensal aos Assentados no primeiro semestre de 2005.....	93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1: Número de Habitantes por Lote	63
Quadro 4.1: Custo do plantio direto – Chapadão do Sul	84
Quadro 4.2 Custo de Beneficiamento e Armazenagem dos Armazéns em São Gabriel do Oeste	86

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1: População estratificada do assentamento	64
Gráfico 3.2: Sexo dos titulares do lote	65
Gráfico 3.3: Origem das famílias assentadas.....	65
Gráfico 3.4: Faixa etária dos proprietários do lote	66
Gráfico 3.5: Número de filhos das famílias assentadas.....	66
Gráfico 3.6: Número de filhos residentes no lote por faixa etária e sexo	67
Gráfico 3.8: Grau de satisfação em residir no assentamento	68
Gráfico 3.9: Participação em movimentos pela terra	68
Gráfico 3.10: Convivência com os vizinhos	69
Gráfico 3.11: Opinião dos assentados sobre política	69
Gráfico 3.12: Tipos de preconceitos encontrados no assentamento	70
Gráfico 3.13: Vícios dos assentados.....	70
Gráfico 3.14: Doenças graves na família dos assentados	71
Gráfico 3.15: Alimentação básica dos assentado	71
Gráfico 3.16: Escolaridade do titular de sexo masculino	72
Gráfico 3.17: Escolaridade dos cônjuges do sexo feminino	72
Gráfico 3.18: Transporte utilizado para ir à escola	73
Gráfico 3.19: Disponibilidade dos filhos para tarefas escolares	73
Gráfico 3.20: Renda mensal dos assentados	74
Gráfico 3.21: Origem da renda familiar	74
Gráfico 3.22: Ajuda financeira de programas governamentais.....	75
Gráfico 3.23: Produção dos lotes.....	76
Gráfico 3.24: Equipamentos utilizados pelos assentados	76
Gráfico 3.25: Uso de trator.....	77
Gráfico 3.26: Uso do gradador	77
Gráfico 3.27: Uso de colhedeira.....	78
Gráfico 3.28: Uso de arado	78
Gráfico 3.29: Uso de plantadeira	79
Gráfico 3.30: Uso de triturador	79
Gráfico 3.31: Eletro/eletrônicos e saneamento básico.....	80

RESUMO

A concentração de terras no Brasil é secular, teve início com as capitanias hereditárias, a continuidade com a escravatura nos engenhos de cana de açúcar, passou pela fase dos latifúndios produtores de café e praticamente nos dias de hoje se consolidou com a expansão das fronteiras agrícolas, que surgiram em decorrência dos incentivos governamentais ofertados nos anos 70 do século XX. Há muito tempo a luta pela terra foi desencadeada e se intensificou nos primórdios do século XX, no sítio da Pedra do Roncador, passou por Canudos no Norte do país e pelo Contestado no Sul, atingindo o ápice, nos anos 80 com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A reforma agrária no Brasil transformou-se rapidamente com a implantação do capitalismo no campo, que fortaleceu o latifúndio e provocou o êxodo do rural, concomitantemente o mesmo capital leva a automação para o setor industrial e desencadeia o êxodo urbano. Em pouco tempo o Brasil atingiu um elevado índice de miséria. A saída encontrada pelo governo brasileiro para atenuar os problemas socioeconômicos foram os assentamentos rurais, que se tornaram um paliativo, pôr apresentarem uma dinâmica econômica simples, direcionada ao desenvolvimento do capital humano e a inclusão social.

Palavras chave: Latifúndios. Agricultura Familiar. Reforma Agrária. Assentamentos Rurais.

ABSTRACT

The concentration of lands in Brazil is secular and it began with hereditary captaincy, with continuity of slave trade in ingeniousness of sugar cane, with prominence of the big latifundium coffee manufacturer that went consolidate and expansive in agricultural frontiers decurrent of the governamental incentives on seventy year of the twenty century. This a long time the fight by land went unleash and it began on prime of the twenty century in the place Pedra do Roncador, to across over Canudos and Contestado, going attain the summit on eight year with the apperance of the rural worker moviment without lands (MST from Brazil). The agrariam reform in Brazil changed quickly with the implantation of capitalism in the field, that, that provoked the rural exodus and the automation on industrial setor provoked the urban exodus and a few time the Brazil reached a hight index of the misery. The brazilian govern found na exit for the actual economic situation, these are the rural assentaments that became palliative, because to present a simple economic dynamics to direct by the development the human capital and social inclusion.

Key Words: Latifundium. Familiar Agriculture. Agrarian Reform. Rural Assentaments.

INTRODUÇÃO

Embora o governo brasileiro tenha procurado utilizar o Programa Nacional de Reforma Agrária para melhorar as condições econômicas e sociais dos trabalhadores rurais sem terra, a cada dia que passa, o Programa sofre um número crescente de críticas.

Há críticos que argumentam que a eficiência da reforma agrária como solução econômica e social, só será conseguida se as pequenas propriedades se voltarem para a produção em escala comercial, de forma competitiva, com a utilização da mecanização e da tecnologia.

Para ratificar tal afirmativa, se reporta à citação a seguir de Vasconcellos e Garcia, que ao abordar o Princípio dos Rendimentos Decrescentes, apresenta um exemplo clássico na literatura econômica, denominado desemprego disfarçado, que pode ser verificado em agriculturas de subsistência em países subdesenvolvidos:

São agriculturas não voltadas ao mercado (por exemplo, a roça), com famílias muito numerosas, de sorte que a retirada de parte dessa população do campo não provocaria queda do produto agrícola {...}. A transferência desse tipo de mão de obra para as regiões urbanas, embora em atividades de pouca qualificação, pode ser um dos primeiros requisitos para que um país inicie um processo de industrialização e de crescimento econômico (VASCONCELLOS E GARCIA, 1998, p.63)

Já o MST argumenta que a reforma agrária não se faz apenas com distribuição de terras:

Ao longo do tempo, o MST compreendeu que não basta apenas conquistar a terra. Crédito, moradia, assistência técnica, escolas atendimento de saúde e outras necessidades das famílias sem terra também deveriam ser supridas. E é por isso mesmo que as famílias mesmo assentadas continuam lutando (MST, 2002 p.2)

O Programa de Reforma Agrária embora deva receber atenção especial de toda a estrutura governamental, seja federal, estadual ou municipal, transmite à sociedade a sensação de que não está conseguindo superar os seus desafios.

Via de regra, a qualidade de vida das famílias assentadas é extremamente precária, levando-as a manter uma cultura de subsistência, isto quando não abandonam a terra, ou a transferem a terceiros.

Essa situação apresenta como resultado um ciclo vicioso, pois os agricultores que abandonam a terra, quase sempre se deslocam para a periferia dos médios e dos grandes centros urbanos, na maioria das vezes de forma precária, dentro dos cinturões de pobreza que se formam no entorno das grandes cidades.

No Brasil e principalmente no Estado de Mato Grosso do Sul, existem vários Projetos de Assentamentos Rurais, implantados com lotes retangulares, divididos de forma cartesiana, que segundo Ângelo e Bonaccini (2002, p. 104), não atendem os interesses do governo e nem aos interesses das famílias assentadas. Atendem apenas aos interesses de grupos organizados, que comandam invasões de terras, que consideram improdutivas.

A problemática levantada nesta pesquisa, se refere à necessidade de uma avaliação sistemática da dinâmica socioeconômica dos assentamentos já implantados com modelo cartesiano, pois de acordo com o Histórico dos Acampamentos em Mato Grosso do Sul, fornecido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA 2005), existem, aproximadamente, 18.000 famílias, distribuídas em 87 acampamentos no Estado, aguardando a definição de áreas de assentamento e poderão utilizar no momento da implantação esse mesmo modelo

O objetivo geral que norteou essa dissertação, foi investigar a Dinâmica Econômica e o Desenvolvimento Social do Assentamento Campanário, com a intenção de observar como internamente os assentados estão trabalhando a questão agrária¹ e a questão agrícola¹ e ao mesmo tempo verificar se no local, está ocorrendo o processo de inclusão social.

Para atingir a finalidade do Objetivo Geral, optou-se por definir alguns objetivos específicos:

¹ Questão agrária significa o que produzir

- a- Quantificar a produção interna do assentamento no período de 2002 a 2004;
- b- Verificar onde e como está sendo comercializada a produção;
- c- Observar se os assentados arrendam lotes;
- d- Observar se infra-estrutura do local atende aos interesses econômicos e sociais;
- e- Verificar se os assentados residem no assentamento;
- f- Verificar se o assentamento possui projetos em saúde e educação voltados para a fixação do homem no campo.

O método utilizado foi o da investigação científica é feita através de métodos, que segundo GIL, (1991, p.21) são procedimentos intelectuais e técnicos, adotados para se atingir o conhecimento ou demonstração da verdade.

Adotou-se para esse trabalho a investigação científica baseada no método de estudo de caso.

Um bom estudo de caso, segundo Yin (2001, p. 107), utiliza o maior número possível de fontes. As fontes de maior importância são: a documentação, os registros em arquivos, as entrevistas, a observação direta a observação participante e os artefatos físicos.

Este mesmo autor ainda enfatiza (2001, p.32) que é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos.

Muitos pesquisadores demonstram, na visão de Yin preconceitos tradicionais para com a estratégia do estudo de caso. E dentre as preocupações mais comuns que provocam tal postura, destaca-se o fato de que o estudo de caso fornece pouca base para se fazer generalizações científicas.

¹ Questão agrícola significa como produzir

A pesquisa teve como universo de estudo o Assentamento Campanário em São Gabriel do Oeste, no estado de Mato Grosso do Sul.

Na primeira etapa, foi realizado um trabalho de pesquisa bibliográfica e documental sobre a história do Brasil e sobre o Estado da Arte da Reforma Agrária Brasileira, além de contatos com o (INCRA) em Campo Grande-MS

A segunda etapa da pesquisa consistiu em diagnosticar o gerenciamento do Assentamento, através de informações obtidas em pesquisa bibliográfica e documental, na empresa Plantar Projetos e Planejamentos Agropecuários, responsável pela criação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Campanário (PDA) e através visita *in loco* no Assentamento, com o objetivo de observar os aspectos físicos e geográficos.

Na terceira etapa, optou-se pela pesquisa *ex post facto* com o auxílio dos acadêmicos da UCDB de São Gabriel do Oeste, que entrevistaram os assentados dos 132 lotes que fazem parte do Assentamento Campanário. O instrumento de pesquisa foi um questionário com 48 questões sendo 8 abertas e 40 fechadas. Os dados do questionário foram agrupados com o objetivo de diagnosticar a situação social e econômica das famílias que vivem no local.

Na Quarta etapa foi realizado uma pesquisa documental *in situ* através do levantamento da produção interna do assentamento no período de 2002 a 2005 e ao mesmo tempo foi identificado o fluxo comercial da mesma. A contribuição do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (IDATERRA) de São Gabriel do Oeste – Mato Grosso do Sul, e das empresas SAGA Agroindustrial Ltda e Jully Armazéns Gerais, foram de vital importância para a obtenção dos dados nessa etapa.

As entrevistas foram realizadas perseguindo o sentido expresso pôr IANNI (1991, p.21)

Há vários modos de dizer a verdade, ou procura-la. Um deles, segundo nos parece consiste em deixar que as pessoas envolvidas nas situações e problemas estudados utilizem as suas próprias palavras. Mesmo quando

elas não estão em condições de ver claro, ou quando não podem dizer as coisas com clareza; mesmo nesses casos revelam dados significativos para a compreensão das situações e problemas. Em geral, no entanto, dizem o essencial (...). À medida que falam, que dizem apenas o que querem, que tomam decisões e agem e revelam também, as relações e as estruturas mais íntimas das situações e problemas.

Na Quinta e última etapa, os dados foram avaliados através do processo de análise crítica, contemplando as informações pertinentes à produção e comercialização dos produtos procedentes do Assentamento Campanário. O desenvolvimento desta dissertação foi estruturado em quatro capítulos:

No primeiro é apresentada a abordagem teórico conceitual que deu sustentação a investigação realizada e recebeu o título de: A Reforma Agrária e os Assentamentos Rurais no Brasil.

O segundo capítulo apresenta as características do município de São Gabriel do Oeste e do Assentamento Campanário, recebeu título de: Características do Assentamento Campanário.

O terceiro capítulo aborda as questões socioeconômicas e recebeu o título de Características Gerais e Econômicas das Famílias Assentadas

O quarto capítulo faz um diagnóstico da produção e comercialização da produção do assentamento e recebeu o título de: Dinâmica Econômica e Social do Assentamento Campanário

Nas considerações sobre os resultados obtidos, conclui-se o estudo apresentando a análise dos resultados mais importantes, no que se refere à dinâmica econômica do assentamento e o desenvolvimento social das famílias assentadas.

CAPÍTULO I

1 A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é fazer um pequeno histórico da trajetória das lutas pela terra no Brasil, procurando enfatizar que a problemática agrária no país não é nova, pois a luta das classes populares pela terra no Brasil, teve início com o seu descobrimento. E desde a época da Colônia, conseguir um pedaço de terra para produzir e nela habitar, sempre foi um dos grandes problemas da questão agrária brasileira (GOHN, 1997 p. 141).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA DO BRASIL

A Coroa portuguesa obteve os direitos de propriedade das terras brasileiras, através de um tratado firmado na cidade de Tordesilhas, na Espanha, em 7 de junho de 1494, cuja validade jurídica foi efetivada com a aprovação do Papa Júlio II, em uma época em que todas as terras existentes no globo terrestre, por disposição do ordenamento jurídico vigente, pertenciam à Ordem de Cristo, da qual o Papa era o chefe supremo. Nesse contexto, os reis católicos proprietários de terras, eram obrigados a pagar elevados tributos, na condição de fiéis e adeptos do sistema. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002 p.52).

Do exposto, observa-se que de fato e de direito, o primeiro e absoluto proprietário do Brasil foi o Império de Portugal.

No século XVI, tem início no país a colonização agrícola, com a cultura e manufatura do açúcar no Nordeste, valorizando economicamente o extenso litoral brasileiro, que integrado a economia europeia, apresentava grande necessidade de ocupação.

A cultura da cana de açúcar era economicamente viável se realizada em grandes extensões, isto é, propriedades latifundiárias, que exigia por seu tempo, mão de obra numerosa.

Já para desbravar e preparar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornara-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores: não era empresa, para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar só se tornaram rendosos quando realizados em grandes volumes. Nestas condições o pequeno produtor não podia existir. (PRADO JR, 1959, p. 33)

Reinava na Europa a ordem feudal, cuja base era o monopólio territorial e dele lançou mão o rei para assegurar o domínio absoluto das terras descobertas, entregando-as nas mãos de:

Homens de qualidades da confiança de el rei (...), a intenção da Metrópole era realizar o que efetivamente foi cumprido: pôr nas mãos da fidalguia o monopólio de grandes tratos de terreno, enfeuda-los segundo as suas mais puras tradições jurídicas e, ao lado disso, associar na empresa os “homens grossos” os mais

diletos filhos da ordem burguesa enriquecida na mercancia.(
GUIMARÃES,1977, p.27 e 47).

Obviamente com essa decisão do monarca, os pobres estavam excluídos da posse da terra. O rei à frente do Estado português aquinhoou alguns nobres próximos do poder com a doação de imensas áreas, cuja extensão variavam de 30 a 100 léguas. Eram doze capitães donatários, a quem foram outorgados grandes poderes, como o distribuir terras em sesmarias aos colonos, erguer vilas e povoações, aplicar a justiça e providenciar o necessário para o desenvolvimento da capitania. O rei conservava para si os direitos de suserania.

Por outro lado:

(...) sobravam às terras e as ambições daqueles pioneiros, recrutados a tanto custo não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas, não era a posição de modestos camponeses, que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e de latifundiários. (PRADO JR, 1959, p. 33)

A cultura da cana de açúcar não se prestava a pequenos plantios e naquela conjuntura, os europeus que vieram para a América não tinham o propósito de serem pequenos agricultores, eram ambiciosos e procuraram se instalar em grandes unidades territoriais. Neste contexto surge à chave, para quem pretende entender a origem do latifúndio no Brasil.

Foi assim que nasceu e se desenvolveu a grande propriedade rural em nosso território e a medida em que ia avançando a colonização em praticamente todas as regiões do Brasil, a grande unidade rural foi se fortalecendo e a sua frente surgindo homens com grande poder pessoal.

Desta forma, tem início no nordeste brasileiro, em 1532, o ciclo da cana de açúcar, mantido integralmente até a libertação dos escravos em 1888. A esse respeito ponderou Freyre:

A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente como à primeira parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia, deslocou-se para da cana de açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: O braço escravo (FREYRE, 1999, p. 31).

A monarquia, apoiada nos grandes proprietários rurais e senhores de escravos, foi nada mais que o prolongamento da situação anterior, tratava-se de uma formação econômica organizada para produzir gêneros tropicais ao comércio exterior, proporcionando a uma pequena minoria de proprietários rurais o acúmulo de grandes fortunas, o que levou Novaes e Mota (1971, p.51-52) a afirmarem que o monopólio das colônias pela metrópole, define a real função histórica da colônia.

O cenário começou ser modificado em 1807, quando a Inglaterra aboliu o tráfico de escravos em suas colônias e transformou-se a principal defensora na luta pela sua extinção.

Prado Jr (1959, p. 146), afirma que Portugal assinou vários tratados voltados à interrupção do tráfico de escravos no Brasil. O primeiro deles ocorreu em 1810 e foram complementados

com outros em 1827 e 1831. Porém o golpe que determinou a eliminação do trabalho escravo no Brasil, veio em 1850, com a extinção do tráfico e a entrada maciça de imigrantes europeus, para trabalharem como colonos no cultivo do café, no interior de São Paulo.

A partir desses acontecimentos a classe dominante percebeu que era impossível manter a escravidão e passou a adotar medidas preparatórias para extingui-la gradualmente. Em 1842 começou a ser elaborado um projeto lei que foi aprovado em 1850 e ficou conhecido como a lei de terras de 1850.

O projeto baseava-se nas teorias de Wakefield e inspirava-se na suposição de que numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas. Portanto, os tradicionais meios de acesso a terra, ocupação, formas de arrendamento, meação seriam proscritas. Toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terra pública. Essas terras seriam vendidas por um preço suficientemente alto para dificultar a compra de terras pelos recém chegados. Com o dinheiro acumulado pela venda das terras o governo poderia subsidiar a imigração, trazendo os europeus para o Brasil, para substituir os escravos nas fazendas. Assim o problema da força de trabalho seria resolvido. O projeto foi elaborado tanto para regularizar a situação das propriedades, que tinham sido ilegalmente adquiridas como também, ao mesmo tempo, para estender o controle do governamental sobre as terras em geral (ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO apud COSTA, 1979, p.133).

Os grandes representantes da agricultura brasileira buscavam mecanismos para forçar os novos trabalhadores livres ou colonos estrangeiros a trabalharem para eles por algum tempo nas fazendas, sem essa garantia aproveitariam a abundância de terras e desenvolveriam seu próprio negócio como produtores independentes.

Marx em sua obra O Capital ilustra tal situação ao se referir à colonização na Austrália. O Sr. Peel, lamenta-se ele, levou meios de subsistência e meios de produção, num total de 50 mil libras esterlinas da Inglaterra, para Swan River na Nova Holanda, o Sr. Peel foi tão precavido que levou também 3 mil pessoas da classe trabalhadora, homens mulheres e crianças. Uma vez alcançado o local de destino, o Sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar-lhe água do rio infeliz o Sr. Peel que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o Swan River (MARX, 1985, p. 296, v. II).

Enquanto o trabalhador puder manter a posse de um pedaço de terra, onde possa produzir para o seu sustento, ele jamais venderá sua força de trabalho. Portanto ao impedir que os negros libertos e os imigrantes tivessem acesso a terra, os latifundiários garantiam por muitos anos uma oferta regular de mão de obra.

Após a libertação dos escravos e anterior a ela, a entrada de imigrantes europeus no Brasil do ponto de vista da concentração da propriedade da terra, muito pouco mudou.

Enquanto no Brasil, a lei de terras de 1850 dificultou ao máximo a obtenção de terras pelo trabalhador livre, nos Estados Unidos da América, o Homestead Act de 1862 que nela desejavam se instalar. Usando velhos argumentos em favor da pequena propriedade argumentos estes que estavam enraizados na experiência histórica dos primeiros colonizadores e recorrendo a novos argumentos derivados das condições criadas pelo século XIX, o Homestead Act refletia em 1862, o impacto da imigração americana (COSTA, 1979, p.136-137).

Ao contrário do que ocorreu no Brasil, a lei americana permitiu que aumentasse o número de agricultores independentes, reduzindo a concentração fundiária, isso possibilitou uma maior oferta de alimento à sociedade, o que contribuiu para a industrialização em geral e da agricultura em particular.

Segundo Stedile em outras colônias das Américas foram criadas leis mais democráticas.

A lei de terras dos EUA, promulgada por Abraham Lincoln em 1862, (12 anos depois da brasileira) garantiu a posse de 100 acres (no Brasil aproximadamente 80 hectares) de terra pública a toda e qualquer família norte-americana que quisesse trabalhar na terra . Foi uma verdadeira revolução no campo e uma verdadeira reforma agrária apesar de não ter tido esse nome (STEDILE *apud* FONSECA, 2005, p.2).

“No Brasil não quiseram esse caminho”, “porque queriam que os negros continuassem trabalhando como assalariados deles”. O Brasil perdeu a oportunidade de fazer a reforma agrária, em 1888, com o fim da escravidão (STEDILE *apud* FONSECA, 2005, p. 2).

A monarquia brasileira apoiada nos grandes proprietários rurais teve esgotado todas as possibilidades de sobrevivência, após o final da escravatura em 1888 e caiu depois de um golpe militar em 1889, que contou com o apoio de setores da nascente burguesia nacional e de cafeicultores, sobretudo paulista.

A proclamação da república deveria representar a conquista do poder político pela burguesia, da industrialização e da redistribuição da terra. No entanto, a classe vitoriosa se viu obrigada a fazer concessões aos proprietários de terras (cedendo-lhes parcela do poder).

Para um autor, a república se “transformara realmente numa modesta fazenda senhorial bem ordenada” (SODRÉ, 13 ed, 1990, p.307).

Nos trinta primeiros anos do século XX, o país assistiu a um intenso crescimento urbano, no entanto, a estrutura agrária permaneceu a mesma, o latifúndio sobrevivia incólume. Um país de dimensões continentais como é o Brasil, com milhões de hectares em condições de serem cultivados, não conseguia produzir alimento necessário à população devido a concentração da propriedade rural e da dependência externa.

No início do século XX, um terço da pauta de importações do Brasil, eram de produtos alimentícios. (SODRÉ, 13 ed, 1990, p. 295).

Essa face perversa da organização social do Brasil se revela em movimentos independentes e espontâneos no interior do país. Do sertão da Bahia, em 1895 Antonio Conselheiro liderou a população sertaneja de aproximadamente 20.000 pessoas, ocupou uma fazenda abandonada em Canudos ou Belo Monte, ali adotou um sistema econômico comunitário, visando combater a exploração econômica, a miséria absoluta e o isolamento.

As lavouras e os rebanhos pertenciam aos membros do coletivo, não existiam patrões nem mesmo empregados, nem ricos nem pobres.

A principal razão da paz que reinava em Belo Monte era a produção e a distribuição de bens. Vigorava a propriedade coletiva da terra, das pastagens, dos rebanhos e das plantações. A propriedade individual cingia-se aos objetos de uso, aos móveis e a moradia. Os produtos do trabalho artesanal, bem como a produção agrícola e pastoril, pertenciam a comunidade, recebendo os artesãos, agricultores e vaqueiros, uma quota de acordo com a necessidade de cada um. (MONIZ, 1978, p.44).

Esse povoado foi dizimado pela polícia da Bahia que contou com o apoio do Exército Federal de dezessete estados brasileiros (NADAI e NEVES, p. 184)

Em 1912, numa região contestada por Santa Catarina e Paraná, houve um conflito bem semelhante ao de Canudos, ou seja, camponeses expulsos de suas terras e sem trabalho decidem organizar uma comunidade sob o comando de um monge.

Uma empresa norte-americana ao construir a estrada de ferro que iria ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul, desapropriou as terras que margeavam a ferrovia e em troca muito gentilmente ofereceu trabalho às famílias camponesas na construção da mesma.

Quando as obras terminaram, uma população enorme de camponeses sem ter o que fazer e nem ter para onde ir. Essa situação era semelhante a dos camponeses expulsos de suas terras por poderosas empresas madeireiras que, também vinham se instalando na região.

Esses camponeses se uniram aos “monges” João Maria e José Maria e fundaram alguns povoados – “Monarquia Celeste”, com ordem própria a semelhança de Canudos.

O governo rapidamente tratou de dizimar esse movimento camponês (utilizando até aviões). As forças ficaram assim compostas: peludos (representavam o governo) contra os pelados (massa camponesa marginalizada).

Em 1916, os núcleos foram arrasados por tropas do governo. Isso não significou que o país não tenha avançado. Alguns setores da economia obtiveram bom desempenho econômico. O mais significativo foi o crescimento da atividade industrial ilustrado na tabela 1:

Tabela 1.1 Crescimento da Atividade Industrial do Brasil - 1889 a 1930

ANO	Nº DE FÁBRICAS	Nº DE OPERÁRIOS
1889	900	54.200
1907	3.120	149.000
1914	7.430	154.000
1920	13.430	275.000
1930	18.000	450.000

Fonte: Carone, 1970, p. 70.

Alguns intelectuais brasileiros, através de um grande volume de obras, passaram a defender uma completa reforma agrária no Brasil, que pusesse fim ao

latifúndio e ao atraso tecnológico. Um deles, Roberto Freyre, afirmou que a inferioridade física dos brasileiros não se devia ao clima insalubre, muito menos à nossa eugenia, mas simplesmente ao mau uso dos nossos recursos naturais devido ao latifúndio.

De modo geral, em toda parte onde vigorou a agricultura, dominou no Brasil escravocrata o latifúndio sistema que viria a privar a população colonial do suprimento equilibrado e constante de alimentação sadia e fresca. Muito da inferioridade física do brasileiro, em geral atribuída a toda à raça ou vaga e muçulmanamente ao clima, deriva-se do mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição (FREYRE, 1999, p.32).

De 1930 a 1964, o Brasil passou por um imenso processo de transformações que mudou completamente as feições do país. Esse foi o período em que foram criadas as condições para a rápida expansão do capitalismo, que vinha sendo entravado pelo domínio do aparelho estatal, exercido pelas oligarquias e voltadas à defesa da agricultura e da exportação para o mercado externo.

Com o crescimento da população urbana, setores da economia voltados para o mercado interno, superaram em importância, o setor exportador.

O projeto de política econômico adotado a partir de 1930, levou o país a modernização econômica, integrando-o ao sistema superior do capitalismo industrial, num rápido processo que tornou a indústria, principal setor da economia nacional.

O processo de industrialização fez da burguesia o grupo social mais rico do país, além de que nesse processo, a classe média e o operariado urbano continuaram a crescer vertiginosamente.

Obviamente que o crescimento das cidades e o desenvolvimento das atividades urbanas levou ao declínio o poder político das oligarquias e do latifúndio. Neste contexto aparece Getúlio Vargas, para por quase vinte anos governar o Brasil (1930-1945 e 1951-1954).

Getúlio Vargas teve como ponto de grande relevância em seu governo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que beneficiava os trabalhadores urbanos com férias, salário mínimo, limite de jornada de trabalho, previdência social e outros benefícios.

Isso levou as organizações partidárias de esquerda, a apoiarem a população camponesa na luta pelos direitos relacionados ao trabalho, com o objetivo de estender aos trabalhadores do campo os mesmos benefícios usufruídos pelos trabalhadores das cidades.

Nesse período as lutas pela Reforma Agrária já se faziam presentes e o movimento de maior destaque do período, foram as Ligas Camponesas do Nordeste do País.

Foi no governo de Getúlio Vargas que surge a presença do Estado, como grande empreendedor da industrialização nacional. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 8)

Após 1955 a reforma agrária ganhou espaço no debate político nacional. Lutar pela democratização da posse da terra significava um novo modo de ampliar a produção, criar mercado e fomentar o crescimento da economia brasileira. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 80).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956 -1961) foi conhecido pela construção de Brasília, pelo impacto da política de sobrevalorização cambial, pela instalação da indústria automotiva e pela ampliação da malha rodoviária para escoamento da produção agrícola. Em seu governo o capital estrangeiro marca sua presença, por meio das empresas multinacionais, nos grandes projetos de desenvolvimento em território brasileiro.

Com o passar do tempo, os problemas locais vão perdendo a importância, e a opinião pública passa a se interessar e valorizar o setor externo. Até a população rural atraída pela industrialização, migra para os grandes centros urbanos, dando início ao êxodo rural, desencadeado pela chegada e conseqüente expansão, do capitalismo no campo.

Jânio Quadros substituiu Juscelino Kubitschek, ao tomar posse em 31 de janeiro de 1961, renunciando em 25 de agosto do mesmo ano e em um de seus discursos disse:

Não tenho dúvidas de que o ritmo de desenvolvimento econômico é compatível com a estabilização monetária e vou mais além: pretendo intensificar a taxa de crescimento da nossa produção e, ao mesmo tempo

estabilizar o nível geral de preços (...). Não creio que se possa contestar o papel fundamental da indústria no desenvolvimento econômico brasileiro (...).A situação da agricultura não é favorável, sendo de urgente necessidade a modificação do panorama atual (VIEIRA, 1983, p.134).

Com a renúncia de Jânio Quadros, assume o vice João Goulart (1962 - 1964). Seu governo foi caracterizado pelo reforço da presença estatal, na política agrária e na política de abastecimento alimentar, porém, mesmo com o crescente fluxo migratório em direção das cidades, entre 1945 e 1964, os trabalhadores rurais se organizaram em Ligas, Uniões, Sindicatos e Confederações. Passaram a promover vários encontros e congressos em nível nacional, com o objetivo de “Lutar pela terra”. Uma das categorias que apresentou maior participação nas lutas pela terra, foram os Posseiros, que são agrupamentos de pessoas que se instalam em terras abandonadas. (GOHN, 1997, p. 72).

Estes sentiam-se prejudicados devido à ação dos Grileiros, que são agrupamentos de pessoas que invadem as terras aradas e cultivada pelos posseiros.(GOHN, 1997, p. 72).

O golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 foi saudado pelo governo norte- americano, que enviou um telegrama cumprimentando o novo presidente brasileiro, Umberto de Alencar Castelo Branco. Os cumprimentos estavam relacionados ao susto de 1959, que a revolução cubana havia causado no capitalismo imperialista. Fidel Castro, mandou desapropriar a terra dos proprietários de grandes fazendas. (NETO, 2004, p. 42).

É interessante observar que após 1964, os Estados Unidos da América do Norte impuseram através dos governos militares, reformas na estrutura agrária, em todos os países da América Latina. No Brasil foram as Agências de Extensão Rurais, com base no compromisso firmado na chamada Carta de Punta Del Este.

Impulsionar, respeitando as particularidades de cada País, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra,

a fim de substituir regimes de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica comercialização, e distribuição de seus produtos, a terra se constitua para o homem que a trabalha, em base de sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e garantia de sua liberdade e dignidade (CARTA DE PUNTA DEL ESTE *apud* GUIMARÃES, 1977, p. 228)

Naquela época foram distribuídos um milhão de títulos de terra, e a criados alguns projetos, como o Tucumã e o Abraham Lincoln, que posteriormente fracassaram (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 81).

As massas clamavam por uma reforma agrária e os militares sob o comando de Castelo Branco, promulgaram em outubro de 1964, “O Estatuto da Terra”.

Segundo Neto (1991, p. 15), O Estatuto da Terra expressava uma nova concepção ideológica e estratégica, para a questão agrária brasileira, era uma vitória do Castelismo, que se tornava hegemônico na coalizão golpista implantada no Brasil. O Estatuto da Terra tinha como objetivo, a derrocada da tradicional oligarquia agrária e a sua substituição por uma vigorosa classe média rural, que servisse de base social, para o regime democrático burguês, que estava se instalando no País.

Apesar da implantação do Estatuto da Terra, a situação do campo continuou sendo alvo de intensos protestos. Nos anos 70, ocorre no Brasil o ressurgimento de organizações de luta e de defesa dos trabalhadores rurais. Em 1975, é criada em Goiânia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que contou com o apoio da igreja católica. Entretanto, só se consolidou no Rio Grande do Sul, em 1978. Esse período (1978 – 1979) coincide com o crescimento das reivindicações dos camponeses junto ao governo.

Desses protestos, surge no Brasil, em setembro de 1979, O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no estado de Santa Catarina, estendendo-se por todo o país, ao longo dos anos 80. Nos anos 90, se transformou no movimento mais importante da luta pela terra no Brasil. (GOHN 1997, p. 143).

É importante destacar, que todas as forças produtivas se expandiram como nunca no período militar, (1965 e 1985). A agricultura brasileira estava transformada, modernizada e totalmente integrada com o setor industrial. O paradoxo, é que os resultados obtidos, foram em decorrência da concentração da terra, e não da redistribuição da mesma, jogando por terra o argumento dos anos 60, que via no latifúndio um agente capaz de brechar o desenvolvimento industrial do Brasil. (NETO, 1991, p. 16).

Com a morte de Tancredo Neves, presidente civil, eleito pelo colégio eleitoral, assume o poder o seu vice, José Sarney, dando início à era chamada Nova República, que em 1985 criou o MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento), sendo o ministro indicado pela Igreja Católica. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 84).

Esse ministério elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), regulamentado pelo Decreto - lei de número 91.766 de 10 de Outubro de 1985, com o slogan: “Terra de exploração que se transformaria em Terra de Trabalho” e como complemento outro: “Muita Gente Sem Terra e Muita Terra Sem Gente”.

A meta estabelecida pelo PNRA, era de 7,1 milhões de famílias a serem beneficiadas com um pedaço de terra, até o ano 2000 das quais 1,4 no quadriênio 1985/1989. (NETO, 1991, p. 17).

Para o assentamento desse contingente, contava-se com um estoque de terras na ordem de 410 milhões de hectares pertencentes aos latifúndios, e de 71,7 milhões de hectares correspondentes a terras pertencentes à União.

Esse fabuloso estoque de terras, dimensionado na proposta do PNRA permitiria atender com sobras as necessidades de assentamento daqueles 7,1 milhões de famílias. É importante destacar o elevado grau de concentração da terra, citado no PNRA. (342), trezentos e quarenta e dois proprietários de latifúndios por dimensão, controlavam em 1985, uma área de 47,5 milhões de hectares. (NETO 1991 p.17).

O PNRA fracassa, devido às forças de apoio político a Tancredo e Sarney serem contrárias às propostas de modernização agrária. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002 p. 84).

Ao se fazer um balanço quantitativo da reforma agrária da Nova República, verifica-se que 8 milhões de hectares haviam sido desapropriados e as famílias beneficiadas atingiam o patamar aproximado de 50 mil. (NETO, 1991, p. 17).

Curiosamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ganha força nesse período e adquire caráter nacional. Uma nova constituição estava para ser votada e o desemprego urbano estava acima do que poderia ser chamado de insatisfatório.

O MST se fortalece dentro de um processo de redemocratização e se consolida utilizando a constituição de 1988, que na expressão de Ulisses Guimarães era uma constituição cidadã.

A constituição de 1988 assegura que serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária, isto é, as ações de política agrícola e de reforma agrária devem, segundo a Carta Magna, coexistir ao mesmo tempo. E devem ser, portanto, praticadas simultaneamente a fim de alcançar o resultado desejado.

Segundo Sorj (1998, p. 33), uma característica que diferencia o MST, dos demais movimentos da América Latina, está na sua particular relação de confronto/dependência com o governo.

A relação entre o governo e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra não é de oposição e confronto total. O governo através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), apóia muitos Assentamentos Rurais com alimentos e financiamentos públicos. (SORJ, 1998: 23).

A respeito dessa relação, Oliveira (1994, p. 8) diz que a questão financeira é um dos principais nódulos da complexa relação dos movimentos sociais com o Estado.

Na prática o isolamento nunca existiu, pois o sistema capitalista altera a relação dos conflitos, quando o foco passa a ser a Reprodução da Força de Trabalho e a Reprodução do Capital. Oliveira (1998, p. 19).

Dentro desta lógica, torna-se impossível obter as demandas que os movimentos populares reivindicam fora da esfera estatal, uma vez que o Estado tem definido linhas de atuação a medida que cria programas sociais, com subvenções e financiamentos.

A temática agrária remonta do século XIX e renasce nos anos 80. Observa-se que embora a luta pela terra seja secular, a forma dos projetos de assentamentos rurais é contemporânea.

O termo Assentamento, que data de meados dos anos 60, é utilizado para designar transferência e alocação de um grupo de pessoas de um determinado lugar para outro, caso da Reforma Agrária; Aproveitamento de Terras Públicas; Realocação de Populações Atingidas pela Construção de Barragens ou Demarcações de Reservas Extrativistas.(MARA, 1990, p.16).

Do total de Assentamentos Rurais existentes no Brasil, cabe ressaltar que grande parte foi fruto da atuação do MST.

Utilizam como estratégia de ocupação, a descoberta de terras públicas ou particulares consideradas improdutivas, provocam algum fato político, com o objetivo de pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e por fim conseguem o Assentamento em definitivo através da concessão dos títulos de posse.

O MST considera como terras improdutivas às terras que não são utilizadas para a produção de alimentos à população.

Em 1989, pela primeira vez, o povo brasileiro elege um Presidente da República, através do voto direto. Fernando Collor de Melo, que renuncia ao cargo em 1992, antes que o Congresso Nacional o depusesse. Itamar Franco, completa o mandato que se encerraria em 1994.

Neste período, mais precisamente em 1990, se acirra a luta no campo e surge a UDR (União Democrática Ruralista), que trava com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), com o PT (Partido dos Trabalhadores) com o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e com a Pastoral da Terra, uma verdadeira batalha política.

Esse contexto desencadeia o crescimento dos movimentos sociais, como MST e outros, que chegam ao ápice em 17 de abril de 1996, com o episódio do Massacre de Eldorado dos Carajás, onde morreram dezenove sem - terras, que se transformaram em mártires dos movimentos e centro das atenções para sensibilizar a sociedade brasileira da necessidade de se fazer uma reforma agrária popular. (NETO, 2004, p. 235).

Esse crescimento possibilitou ao MST a monopolização das ações de ocupação, diminuindo a ação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, que foram os legítimos pioneiros na luta pela distribuição da terra no País.

Na campanha eleitoral de 1994, a reforma agrária volta à pauta nacional, e Fernando Henrique Cardoso após ser eleito, inicia rapidamente em 1995 um processo de reordenamento fundiário que até 1999 assentou 372.866 mil famílias, beneficiando aproximadamente 1.864 milhões de brasileiros.(OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 85).

Número recorde, se comparado com os trinta anos anteriores. Desde a edição do Estatuto da Terra, 218 mil famílias haviam sido assentadas.

Também em 1995, o Banco Central publicou a resolução de número 2.191, disciplinando a fase inicial da linha de crédito rural denominada de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que pertencia à

estrutura do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA). (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 86).

Em 1996, através do Decreto 1.946 o PRONAF foi implantado, assentando-se no estabelecimento de parcerias entre os governos municipal, estadual e federal visando à implantação de infra - estrutura e serviços públicos na área rural. Investimentos esses, já anteriormente exigidos pelo movimento “Grito de Terra” no final dos anos 80. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 86).

É importante destacar que, o PRONAF, em 1999 saiu do âmbito do Ministério da Agricultura e Abastecimento, sendo transferido para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em 1998, o índice de apoio da sociedade a favor dos movimentos sociais pela conquista da terra chegou a atingir 87% de aprovação, caindo para menos de 37% no ano de 2001. Segundo alguns observadores essa queda se deu pela mudança de comportamento da principal organização, o MST, que deixou de lado a luta socioeconômica regionalizada para se transformar em um agente político - social nacional. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 86).

Essa constatação levou o governo a fazer um contraponto, criando o Fundo de Terra e da Reforma Agrária.- O Banco da Terra - Instituído pela Lei complementar de número 93, de 4 de fevereiro de 1998, que foi regulamentado pelos Decretos 2.622 de 9 de junho de 1998 e 3.475 de 18 de maio de 2000. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 86).

O Banco da Terra apresentou um aspecto inovador, que foi o de atribuir aos beneficiários, organizados em associações ou em cooperativas, o poder efetivo para a seleção, a negociação do preço da propriedade, e a organização social e produtiva dos imóveis adquiridos. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 86).

A descentralização dessas operações foi delegada por meio de convênio com os Estados ou com a sociedade civil organizada, como ocorre em São Paulo, cujo

convênio é formalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Associações de Municípios, mediante a assinatura do Termo de Cooperação Técnica.

Essas medidas apontam para o início da articulação entre o Estado em suas três esferas e os vários segmentos da sociedade civil organizada, na implementação das políticas: agrícola, agrária e fundiária. (OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p.87).

Com essas ações a propriedade familiar foi legalmente definida pelo Estatuto da Terra, porém o primeiro conjunto de medidas voltado à sua implementação socioeconômica, somente se iniciou trinta anos mais tarde, no momento em que a economia já estava globalizada, com a organização de megaempresas e economias em escala mundial.(OLIVEIRA e PAULINO, 2002, p. 87).

No governo Fernando Henrique Cardoso aproximadamente 500 mil famílias receberam o equivalente a 20 milhões de hectares, que somados ao que foi distribuído no governo Sarney, o número atinge 25 milhões de hectares. O total da área cultivada no Brasil atinge 40 milhões de hectares que somados às culturas permanentes de café; laranja; cacau etc. Alcança o patamar de 56 milhões de hectares. Isso quer dizer que a reforma agrária brasileira, atinge números em hectares que representam metade do que o país utiliza para produzir toda sua safra nacional (NETO, 2004, p. 105).

A safra paulista envolvendo culturas temporárias e culturas permanentes utiliza 6,5 milhões de hectares. Isso significa que Fernando Henrique Cardoso desapropriou o equivalente a três vezes a área de lavoura de São Paulo.

Para Neto (2004:104) a produção dos assentamentos rurais e quase que inexpressiva diante da quantidade de hectares que aos assentados possuem

Neto (2004:260) afirma que o custo médio por família assentada em 2002 se situou em torno de R\$ 20.000,00, e que a expansão da agropecuária elevou o custo da terra. Segundo essa lógica alguns assentamentos com 200 lotes poderão custar aos cofres públicos para desapropriação, o montante de R\$ 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais), sem contar o dispêndio aproximado de R\$ 20.000,00, que cada família assentada irá demandar.

Definitivamente o Ministério da Fazenda não irá encontrar, nem que queira, esse montante de dinheiro.(NETO, 2004, p.260).

A única forma de escapar desse dilema é supor que as áreas a serem distribuídas sejam arrecadadas do estoque das terras públicas ou devolutas, como sempre se imagina. O grande problema é que essas terras não existem. (NETO, 2004, p.260).

Mesmo assim, chega em Novembro de 2003, já no governo do Presidente da República Luiz Ignácio Lula da Silva, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, (II PNRA) com o propósito de dar continuidade ao processo de intervenção na estrutura fundiária brasileira com a meta de assentar 400.000 famílias e a promoção de um novo modelo sustentável.

De acordo com o que consta no Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul (2004 -2006), existe um amplo programa de governo conhecido por II PNRA, cujo objetivo maior é a promoção do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Além dos trabalhadores rurais sem terra e/ ou com acesso precário à mesma, o II PNRA também prioriza, entre seus beneficiários, outras populações rurais tradicionais, como comunidades remanescentes de quilombos, mulheres trabalhadoras rurais, jovens, ocupantes não índios de áreas indígenas, pessoas atingidas por barragens e outros segmentos de indivíduos pobres que vivem no campo.

Tem ainda como finalidades a geração de emprego e renda, a ocupação equilibrada do território, a promoção da segurança e soberania alimentar e do desenvolvimento regional sustentável, voltado para a preservação do meio ambiente e das tradições culturais das populações beneficiárias.

Ao invés de uma ação espacialmente dispersa e desarticulada, a atuação do Plano, está baseado no conceito de áreas reformadas.

No plano estratégico e metodológico, o II PNRA articula: massividade e qualidade na sua implementação; integração interinstitucional entre os Ministérios e Órgãos Federais; envolvimento efetivo dos governos estaduais e municipais, além

da ampla participação dos movimentos sociais e entidades representativas da sociedade civil.

Acredita o Plano apresentado que um dos elementos centrais de um projeto nacional soberano reside em um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural, assentado na Reforma Agrária e no fortalecimento da agricultura familiar e, no qual a ação compartilhada do Estado e da sociedade civil é capaz de desconcentrar a propriedade da terra, alterar a estrutura agrária para outras políticas de fomento à produção, de garantia da sustentabilidade ambiental e universalização do acesso a direitos.

Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e demais famílias beneficiárias, os meios indispensáveis à exploração econômica da terra, para que obtenham renda, para viver com dignidade.

A proposta consiste na concessão de Crédito; Assistência Técnica; Apoio a Comercialização; Agregação de Valor; Construção de Infra – Estrutura produtiva, econômica e social, que inclui água, saneamento básico, energia, vias de escoamento da produção, além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais.

As ações fundiárias do Plano visam democratizar o acesso a terra, superando as restrições que o acesso precário impõe à integração produtiva e ao mesmo tempo promover um novo padrão de desenvolvimento territorial.

O compromisso do governo federal em fazer do meio rural um espaço de paz, produção e qualidade de vida implicam ainda na realização de ações dirigidas à promoção da igualdade de gênero, ao reconhecimento dos territórios das comunidades rurais tradicionais e ao fomento a projetos de que reconheçam e valorizem os conhecimentos e tradições de todas etnias.

A estruturação do formato da maioria dos assentamentos rurais, de modelo cartesiano, tem sido um dos questionamentos mais constantes dos críticos da Reforma Agrária, apesar disto, o parcelamento em lotes individuais, baseado neste

padrão é o mais utilizado na ocupação de terra no Brasil. De acordo com vários autores, sua forma de aplicação não leva em consideração as microbacias, a vocação das famílias e ainda provoca danos à natureza com o desmatamento.

Sua divisão é feita cartesianamente e os lotes recebem na maioria das vezes o formato retangular, cujo número de unidades é definido apenas pela quantidade de famílias a serem assentadas. Nesses assentamentos, a área é planejada com o traçado de um grande eixo horizontal – o chamado eixão e quando a propriedade é muito grande são implantados os traçados perpendiculares – denominados eixinhos.

Por essa razão quando são realizadas as divisões dos lotes, algumas famílias recebem terras mais férteis, menos acidentadas e mais facilmente agricultáveis, com acesso facilitado a estradas, água, em detrimento da maioria que terá lotes menos privilegiados, com poucos recursos naturais de produção (áreas inundadas ou com solos arenosos). Esses elementos produzem um processo injusto de Reforma Agrária que gera uma série de problemas resultando no desestímulo à permanência na propriedade e na morte de muitos sonhos. ANGELO E BONACCINI (2002: 104)

Os agricultores familiares assentados em assentamentos com modelo cartesiano, normalmente não apresentam vantagens competitivas para o mercado e quase sempre apresentam conforme afirmam ANGELO E BONACCINI (2002: 105):

- Aumento do individualismo;
- Isolamento Social;
- Produção sem escala;
- Baixa Tecnologia;
- Muito esforço e pouco resultado;
- Baixa rentabilidade;
- Elevado custo de infra – estrutura;
- Dificuldade de mecanização;
- Destruição da natureza;
- Aplicação dispersa dos recursos financeiros.

1.2 AGROVILAS

A maior concentração encontra-se no Nordeste, onde o assentamento é construído com princípios urbanos no meio rural, com casas sendo localizadas umas próximas das outras no sistema de vilas.

As áreas produtivas são demarcadas logo após o núcleo habitacional, no mesmo sistema cartesiano, onde cada casa corresponde a um lote de terra, o que em muitos casos leva o agricultor a caminhar vários quilômetros para chegar ao seu lugar de trabalho.

Nesse modelo, algumas famílias recebem terras impróprias para a produção, fato idêntico ao que ocorre com as famílias que recebem lotes no parcelamento cartesiano.

A instituição financiadora é beneficiada pela diminuição dos investimentos em redes de água e luz, além da urbanização. Segundo especialistas no assunto, esse modelo compromete a qualidade de vida.(ÂNGELO E BONACCINI 2002, p.108)

É um processo um pouco melhorado em relação aos assentamentos com lotes individuais, mas também limita o sonho de ter seu sítio para morar. Reduz o apego a terra, pelo fato da família não ter uma participação mais direta no trabalho. Existe a falta de privacidade em função da proximidade das casas, e o elemento que mais gera sentimento de apego a terra é desprezado que é o prazer de presenciar o nascimento dos animais e acompanhar a germinação das plantas no quintal.

Pela proximidade das casas não existe o “clima” das áreas rurais, e as pessoas se sentem como se vivessem na cidade sem os seus benefícios.

Quando se trata de irrigação o sistema agrovila é impositivo, porque em função do investimento existe uma imposição das instituições responsáveis para que as atividades sejam compulsoriamente implantadas, perdendo o espírito de voluntariado.(ÂNGELO E BONACCINI, 2002, p. 109).

Geralmente o sistema de Agrovilas apresenta os seguintes resultados:

- Dificuldade de produção em escala;

- Conflito com familiares e de vizinhanças;
- Falta de apego à propriedade;
- Pouca participação das famílias nos negócios;
- Falta de escala na produção;
- Ociosidade da mão de obra familiar;
- Perda de tempo em deslocamento;
- Dificuldade em controlar a produção agrícola e as criações de animais de pequeno porte;
- Ausência da família no local da produção, facilitando a entrada de pessoas estranhas, que podem apropriar-se indevidamente dos bens;
- Dificuldades para implantar atividades societárias

1.3 VILA RURAL

São pequenas propriedades com áreas em torno de 0,5 há. destinadas ao trabalhador rural volante (bóia fria), para que esse possam construir suas casas e manter uma pequena produção para subsistência e comercializar as poucas sobras.

Esse modelo beneficia os grandes produtores rurais, por manter as famílias próximas ao seu local de trabalho, evitando as migrações dos trabalhadores na entressafra. Há ainda o inconveniente de não permitir as famílias uma produção em escala que garanta uma renda mensal digna.

Geralmente o sistema de Vila Rural apresenta os seguintes resultados:

- Não permite escala de produção;
- Muitas atividades não podem ser implantadas devido ao tamanho reduzido da área;
- Não respeita o meio ambiente;
- Na época de safra agrícola, o trabalhador praticamente abandona o seu lote para trabalhar fora e tem de comprar quase tudo na cidade;
- Devido à existência da individualidade, dificulta a implantação de atividades produtivas societárias.

Em síntese pode-se afirmar que, não mais se discute a necessidade de uma Reforma Agrária no Brasil, pois já foi comprovado que é necessária. Porém a forma como será feita, e os modelos que irá utilizar é que farão parte da discussão da questão agrária brasileira, pelo menos nos próximos 10 anos.

1.4 A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Estado do Mato Grosso do Sul, criado através da Lei complementar nº 31, de 11 de Outubro de 1977 e implantado em 1º de janeiro de 1979, durante o governo do então Presidente da República Ernesto Geisel, possui segundo dados estatísticos, levantados pelo INCRA, 155 (Cento e Quinze) Assentamentos Rurais, que ocupam uma área de 435.164 hectares e abrigam aproximadamente 17.214 famílias.

Foram implantados a partir de 3 de julho de 1984, apoiados na política do distributivismo agrário, que segundo Francisco Graziano Neto é a simples distribuição de terras. Todos os Assentamentos Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul, independentes do modelo, estão organizados em lotes retangulares, com média de 26 hectares por unidade familiar, um ao lado do outro, dando ao extenso espaço dos Assentamentos, um formato cartesiano, que deixa bem claro os limites entre cada parcela, ao mesmo tempo em que apresentam todas as características positivas e negativas que esse modelo possui.

Tabela 1.2: Extratificação de Assentamentos Rurais do MS por Região 1984- 2002

Região	Número Assentamentos	Número de Famílias
Centro Norte	17	2.276
Leste	20	3.775
Pantanal	13	2.007
Sudoeste	65	9.156
TOTAL	115	17.214

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Mato Grosso do Sul

Ao completar o primeiro ano de governo, o Presidente Lula já encontrou nesse Estado uma estrutura desafiadora: dar continuidade ao processo de alteração da estrutura fundiária e promover o desenvolvimento sustentável nos Assentamentos que já estão implantados. Fatores limitantes e potencialidades alternam – se na execução dessa política e os temas a seguir buscam analisar essa realidade.

1.4.1 ACESSO A TERRA

A análise da Tabela 1.3, que mostra a estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul, deixa claro a existência de uma grande concentração de terras:

Enquanto 11.251 grandes proprietários ocupam 78% da área, os Minifúndios e Pequenas Propriedades, num total de 42.686 imóveis ocupam apenas 6 %.

Esses números ratificam uma tendência mundial. A França no final da década de 80 apresentava propriedades rurais com extensão de 42ha, contra 18,5ha no período pós-segunda guerra mundial. Uma variação de 133% (NETO, p. 77)

Tabela 1.3: Estrutura Fundiária

Classificação	Número de Imóveis	Área (Há)	% em relação ao Número de Imóveis	% relação à área total
Minifúndios	27.770	538.510	40,6	1,8
Pequenas Propriedades	14.916	1.363.773	21,8	4,2
Médias Propriedades	14.431	5.188.050	21,1	16,2
Grandes Propriedades	11.251	24.892.685	16,5	77,8
TOTAL	68.368	31.983.020	100,0	100,0

Fonte: Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul

Esta estrutura contrasta fortemente com a dos estados circunvizinhos das regiões Sul e Sudeste. Com área total de 350.548 Km² o estado conta com apenas 68.368 imóveis cadastrados no SNCR, enquanto o estado do Paraná com área de 199.281 Km², detém nada menos que 370 mil imóveis cadastrados. (PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL).

O modelo de ocupação do Mato Grosso do Sul, foi estabelecido através de uma seqüência de ciclos econômicos, passando da mineração para a agropecuária e contou com o apoio dos governos federais e estaduais.

A concentração ocorreu através de sucessivos processos de regularização fundiária, de maneira tal, que hoje não existem mais terras públicas a serem disponibilizadas para a Reforma Agrária. (PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL).

Nesse contexto de concentração fundiária, somado com efetivação do modelo agrícola exportador, implantado no Brasil a partir da década de 70, a população rural de Mato Grosso do Sul apresentou grande declínio. Em 1976, estava no patamar de 546.087 o que representava 39 % da população total do estado. No ano 2000, atingiu o patamar de 330.895 passando a representar 15,94 % da população total do estado. Conforme pode ser observado na tabela nº 4.

Tabela 1.4: População Rural de Mato Grosso do Sul

Período	População Rural	População do Estado	Porcentagem
1976	546.087	1.400.000	39.00 %
1996	323.516	1.927.834	16.78 %
2000	330.895	2.075.275	15.94%

Fonte: IBGE Censo Demográfico

A variação de queda da população rural ocorrida no período de 1976 a 2000 foi de 39,40%, enquanto que a variação de aumento populacional no estado ocorrido no mesmo período foi de 48,23 %.

Esses dados ratificam uma tendência mundial. A França entre 1945 e 1994 apresentou uma queda de 2 milhões de agricultores para 700 mil o que representou no período, queda de 65%. Os Estados Unidos da América do Norte apresentavam em 1935 uma população de 6,8 milhões de agricultores, número que caiu pela metade na década de 60 e na virada do milênio apresentou um contingente de 2 milhões de agricultores, uma queda total de 70% se considerarmos o período total de 1935 a 2000. A Comunidade Européia vem apresentando um declínio de 3% ao ano em sua população agrícola. (NETO, p. 77).

Quanto a possíveis irregularidades nas cadeias dominiais dos latifúndios, constata-se, através dos serviços efetivados em cumprimento das Portarias nº s 558/99 e 596/01 do governo federal, que dos 434 imóveis fiscalizados, 106 ainda não comprovaram legitimidade. Oitenta e seis (86) contam com área acima de 10.000 hectares e vinte (20) entre 5.000 e 10.000 hectares.

Na verificação da titularidade dos imóveis localizados na faixa de fronteira, de aproximadamente 10.000 processos formalizados, apenas 3.544 foram ratificados. O

restante aguarda análise, operação que esbarra nas limitações da Superintendência Regional. (PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL).

A expectativa de incorporação de lotes vagos em terras ocupadas irregularmente em Projetos de Assentamento é bastante pequena. Lotes vagos já não existem e os casos de ocupação irregular, na maioria das vezes, são de procedimento judicial lento. (PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL).

Considerando os entraves listados acima, verifica-se que o Programa de Obtenção de Terras no estado depende principalmente do processo de desapropriação de áreas improdutivas e da compra de terras, conforme Decreto nº 433/92. Esta modalidade de obtenção demanda significativa demanda de recursos, constituindo-se em grave obstáculo à Política de reforma Agrária no Estado, face aos limites orçamentários existentes.

Apesar das adversidades, a partir de 1995, importantes resultados foram alcançados na incorporação de terras ao processo de Reforma Agrária, através dos instrumentos de Obtenção e Aquisição, conforme tabela a seguir:

Tabela 1.5: Projetos de Assentamentos Rurais Implantados em Mato Grosso do Sul

Projetos Criados	Quantidade	Nº Famílias	Área (ha)
INCRA	119	19.850	509.917,29
ESTADO	09	960	19.437,15
Total	128	20.810	529.354,44

Fonte: Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul

Para continuação do processo de alteração da estrutura fundiária, é mister que o estado potencialize o uso de seus recursos, de maneira a fazer frente aos desafios apresentados para atender a grande demanda manifesta ao longo das BRs.

Esta demanda aumenta dia a dia e vai além das pessoas acampadas. Mostramos a seguir o quadro levantado no primeiro semestre de 2003, (Tabela 1.6)

com a presença da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação da Agricultura Familiar (FAF); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros acampamentos independentes.

Tabela 1.6: Acampamentos Cadastrados em Mato Grosso do Sul em 2003

Movimentos Sociais	Nº de Acampamentos	Nº de Famílias Acampadas
FETAGRI/ MS	68	9.514
MST	19	4.690
FAF	13	1.572
CUT	18	1.358
CPT	01	95
Acampamentos Independentes	06	313
Total	125	17.542

Fonte: Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul

Para atender a demanda por Assentamentos no estado em 2005, a Superintendência do INCRA de Mato Grosso do Sul trabalha com a perspectiva de resultado de processos em andamento, conforme tabela a seguir:

Tabela 1.7: Processos de Assentamentos Rurais em andamento 2004

Processos	Nº de Imóveis	Área	Nº de Famílias
Imóveis Para Aquisição.			
Imóveis disponíveis já indenizados.	01	24.468	2.500
Imóveis disponíveis e indenizados com pendências judiciais.	06	12.906	1.096
Imóveis Aguardando TDA.	03	31.825	1.899
Imóveis decretados em fase de avaliação.	03	5.685	475
Imóveis em fase de elaboração de Kit Decreto.	01	4.000	158
Imóveis Aguardando parecer da Procuradoria Regional.	05	21.373	1.627
	05	8.089	668
Total	24	108.346	8.423

Fonte: Plano de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul

1.4.2. DESENVOLVIMENTO RURAL

A convivência com a falta de alternativas econômicas para o desenvolvimento das áreas reformadas tem marcado a Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul. Apesar dos resultados alcançados na obtenção de terras, assentamento de famílias e implantação de infra - estrutura, a tarefa de consolidação está ainda por ser planejada. A quantidade de alimentos produzidos nos

assentamentos não tem garantido a renda necessária para o bem estar social e, em muitos casos, nem mesmo a segurança alimentar dessas famílias. O Estado conta com preciosos recursos naturais. A grande maioria das terras apresenta possibilidades de bom aproveitamento, conforme tabela abaixo:

Tabela 1.8: Aptidão em percentagem das terras do Estado do Mato Grosso do Sul

Uso mais indicado	Area (KM 2)	%
Terras aptas para a lavoura.	110.539	31,77
Terras propicias para a pastagem plantada.	11.811	3,39
Terras com aptidão para pastagem natural.	89.357	25,69
Áreas de proteção de fauna e flora.	12.191	3,5
Terras com aptidão intermediária: Lavoura e Pastagem.	60.367	17,35
Terras com aptidão intermediária: Pastagem e Silvicultura.	58.220	16,74
Terras com várias classes de aptidão	5.403	1,56
Total	347.888	100

Fonte: Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul

As boas condições de solos relevo, clima e hidrografia, somada à estrutura produtiva com excelentes condições de transporte e capacidade de armazenagem superior a milhões de toneladas, fazem de Mato Grosso do Sul o primeiro colocado nacional na produção pecuária bovina e o sétimo na produção de grãos, conforme a seguir:

Tabela 1.9: Classificação da Produção dos Principais Rebanhos do Mato Grosso do Sul no Raking Nacional- 2002

Discriminação	Aves	Bovinos	Eqüinos	Suínos
Rebanho	23.794.557	23.168.235	355.178	787.960
Classificação	8º	1º	7º	13º

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM /IBGE

Tabela 1.10: Evolução da Produção Agrícola Estado de Mato Grosso do Sul 1980/1996

Produtos	1980	1985	1990	1992	1994	1996
Arroz	504.212	323.993	182.458	225.601	226.444	253.096
Algodão	69.346	106.317	73.559	85.119	77.409	87.952
Feijão	23.507	29.882	33.966	28.664	19.224	14.544
Trigo	110.000	317.644	204.035	114.334	69.084	49.992
Milho	188.396	327.334	595.718	855.291	1.093.233	1.471.871
Soja	1.322.082	2.558.720	2.038.614	1.871.188	2.392.506	2.003.904
Sorgo	1.256	16.522	5.241	1.209	2.388	6.676
Total	2.218.799	3.680.412	3.133.591	3.181.406	3.880.288	3.888.035

Fonte: IBGE.

Tabela 1.11: Evolução da Produção Agrícola - Estado do Mato Grosso do Sul 1998/ 2003

Produtos	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Arroz	196.601	261.516	226.649	220.534	213.260	238.402
Algodão	93.229	114.521	127.839	169.425	154.105	159.060
Feijão	33.665	26.429	10.019	30.935	17.421	34.228
Trigo	48.997	71.104	34.712	107.006	75.462	168.624
Milho	1.624.753	1.924.159	1.069.571	2.185.846	1.381.604	3.070.676
Soja	2.319.161	2.799.117	2.486.120	3.115.030	3.267.084	4.092.318
Sorgo	56.654	77.756	83.527	135.906	97.924	186.774
Total	4.443.060	5.274.602	4.038.437	5.964.682	5.206.860	7.950.082

Fonte: IBGE

O expressivo desempenho da produção agropecuária no cenário nacional não é acompanhado pela agricultura familiar, cuja participação é relevante apenas nas culturas de mandioca, feijão, leite, aves suínos. O principal sistema de produção entre os assentados da reforma agrária do estado é o do leite, em decorrência da utilização imediata das pastagens existentes nas áreas desapropriadas. Atualmente boa parte dos pequenos agricultores avança para os sistemas binários de produção: Leite/ lavoura ou leite/ criação de pequenos animais. Alguns agricultores familiares, principalmente na região da Grande Dourados, sob influência de empresas agrícolas circunvizinhas, têm como sistema de produção o binômio soja / milho. De uma forma geral conforme o Plano Regional de reforma Agrária do Estado do Mato Grosso do Sul 2004 – 2006 a participação da agricultura familiar em outros cultivos é insuficiente para o abastecimento do estado.

Além da produtividade da agricultura familiar estar abaixo do esperado, à renda média mensal das famílias que vivem na área rural em Mato Grosso do Sul é extremamente preocupante.

Tabela 1.12: Rendimento Médio Mensal das Famílias da Zona Rural no MS em 2002

Rendimentos	Nº Famílias	Renda Média Mensal (R\$)	Porcentagem
Até 1 salário mínimo	14.500	165	16.66 %
De 1 a 2 salários	28.386	323	32.66%
De 2 a 3 salários	13.886	506	15.95%
De 3 a 5 salários	17.894	794	20.56%
De 5 a 10 salários	6.171	1.362	7.09%
De 10 a 20 salários	1.852	2.609	2.12%
Maior que 20 salários	926	6.642	1.06%
Sem Rendimento	2.778	-	3.19%
Sem declaração	617	-	0.71%
Total	87.010		100.0%

Fonte: Censo IBGE 2002

Conforme dados do Censo USP/ MDA, a renda média mensal das famílias assentadas no período anterior a 1995 era de R\$ 207,46 e nos projetos criados a partir de 1995 passou para R\$ 272,66. Esses dados inserem os assentados no segundo patamar de renda da tabela 10, exatamente na faixa de maior incidência (32,66%).

Em Mato Grosso do Sul, grande parte dos assentamentos rurais foram implantados em áreas originadas de imóveis com algum tipo de passivo ambiental, principalmente pela falta de reserva legal, de áreas de preservação permanente desmatadas e pela presença de erosão em sulcos.

Tais problemas agravam-se com a ocupação dos assentados, os quais em muitos casos, utilizam os recursos ambientais de forma imediatista, cometendo as seguintes irregularidades:

- Invasão das áreas de reserva legal para a extração de madeiras;
- Demarcação da reserva legal como área de pastagens;
- Caça predatória de animais silvestres;
- Exploração de espécie florestal (erva mate), sem licença, ou manejo adequado;
- Uso de agrotóxicos de origem duvidosa;

- Exploração de minerais como cascalho e argila, sem licenciamento ambiental;
- Desmatamento de cobertura vegetal sem autorização do órgão competente;
- Exploração de culturas em áreas suscetíveis de erosão;
- Criação de animais (Suínos) próximo de áreas de recursos hídricos, gerando impacto negativo ao meio ambiente;
- Danos ao solo e as matas ciliares pela dessedentação de animais diretamente nos corpos d'água, decorrentes das atividades pecuárias.

Tabela 2.1: População de São Gabriel do Oeste

Municípios	Área Km ²	População 2003	Densidade Demográfica
Alcinópolis	4.399,676	2.926	0,67
Bandeirantes	3.115,514	6.504	2,09
Camapuã	10.758,432	16.737	1,56
Costa Rica	5.722,834	15.955	2,79
Coxim	6.411,552	31.925	4,98
Pedro Gomes	3.651,171	8.602	2,36
Rio Verde	8.151,975	10.082	2,34
São Gabriel do Oeste	3.864,859	18.896	4,73
Sonora	4.075,437	10.672	2,62
Soma/Média	50.151,450	130.699	2,68

Fonte: BDE/SEPLACT/MS,2004

Os primeiros desbravadores de São Gabriel do Oeste foram criadores de gado e oriundos do Estado de Minas Gerais. Em 1885, a região era explorada pela criação de gado e uma agricultura de subsistência, após os anos 70 incentivou-se a lavoura de café com o intuito de recuperar a cafeicultura nacional. Em 1973, a região já contava com 30 milhões de pés de café

FIGURA 2.2: CAFÉ NO INÍCIO DA DÉCADA DE 70



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

Em 1975, a atividade cafeeira começou a declinar devido às grandes geadas ocorridas neste ano, forçando os agricultores a mudarem suas formas de cultivo. Assim, , iniciavam-se as primeiras lavouras de arroz sequeiro, e posteriormente de soja que, após a introdução de técnicas modernas de correção de solo, uso de

sementes melhoradas, dentre outras, tornou-se o município um dos principais pólos produtores do Estado.

FIGURA 2.3: COMEÇO DO CICLO DA SOJA 1976/1977



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

O asfaltamento da rodovia Campo Grande / Cuiabá (BR 163), trouxe o desenvolvimento à região e em vista dessa obra, o fazendeiro Balduino Maffissoni, juntamente com Gabriel Abraão perceberam a importância da construção de um povoado, que desencadeou um fluxo migratório considerado responsável pelo desenvolvimento social, econômico e político da região

FIGURA 2.4: BALDUINO MAFFISSONI - FUNDADOR DO MUNICÍPIO



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

Em 1980, através da Lei nº 74, de 12 de Maio de 1980, publicada no D.O.E. nº 337 de Maio de 1980, parte I, o governador do Estado, Marcelo Miranda Soares, criava o Município de São Gabriel do Oeste, com áreas dos municípios de Bandeirantes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso e Camapuã, e sua instalação oficial processou-se em 17 de julho de 1981.

FIGURA 2.5: LANÇAMENTO DA BANDEIRA E BRAZÃO EM 1984



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

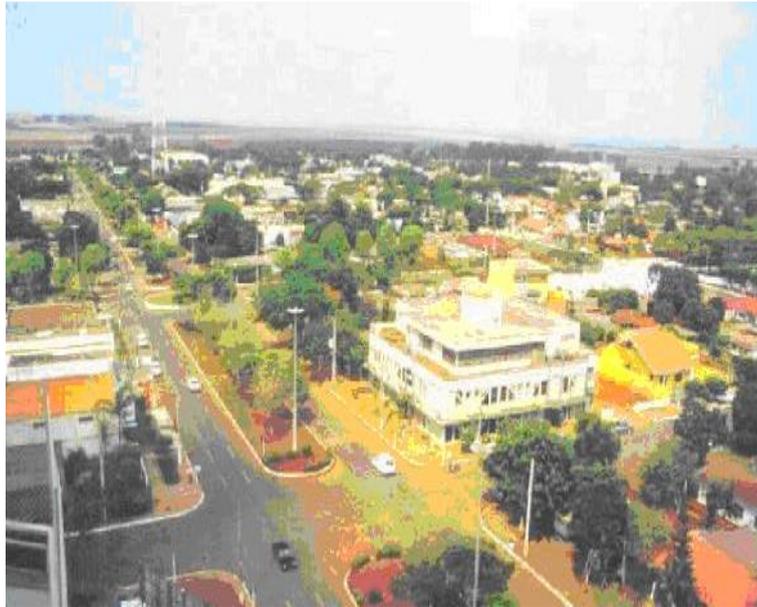
FIGURA 2.6: VISTA AÉREA DE SÃO GABRIEL DO OESTE EM 2004



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

Apoiado no Agronegócios (produção de grãos), São Gabriel do Oeste desenvolveu seu espaço geográfico, de forma acelerada e com tendência à se transformar num grande pólo agroindustrial.

FIGURA 2.7: SÃO GABRIEL DO OESTE EM 2003



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

FIGURA 2.8: SÃO GABRIEL DO OESTE/ BRASIL



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

Este pólo agroindustrial é composto por diversas organizações internacionais, mesmo assim, o município demonstra um forte vínculo com a pátria, mantendo hasteada a bandeira nacional durante o ano todo.

FIGURA 9: SOJA - A BASE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

A estrutura de armazenagem existente no local atende de forma satisfatória a produção de grãos de São Gabriel do Oeste e dos municípios e entorno

FIGURA 2.10: SÃO GABRIEL O SEGUNDO MAIOR PRODUTOR DE MILHO DO MS



Fonte : Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

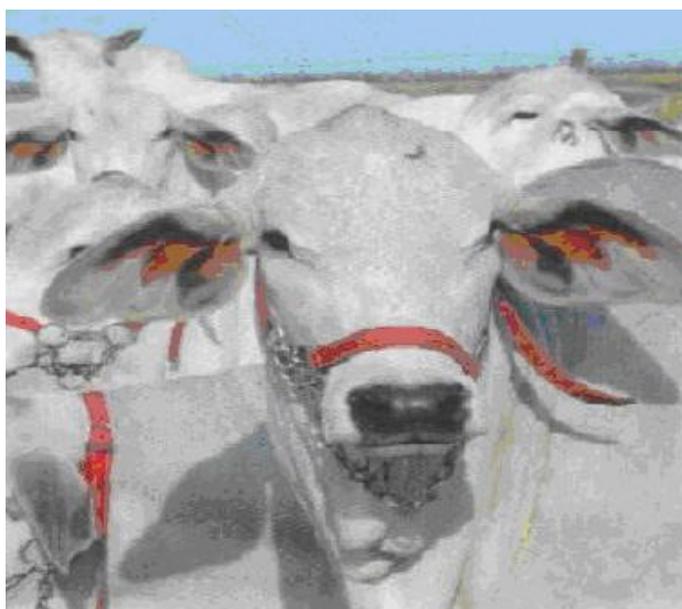
A inserção da engenharia genética e o alto grau de tecnologia na criação de bovinos, vem atraindo empresas do setor pecuário, para a região, dinamizando a cadeia produtiva do setor.

FIGURA 2.11: PECUÁRIA DE CORTE – Base Econômica do Município



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

FIGURA 2.12: GENÉTICA APURADA NA PECUÁRIA



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

O Município possui elevado grau tecnológico na agropecuária e é destaque no agronegócios do Brasil.

FIGURA 2.13: TECNOLOGIA DE PONTA NA AGRICULTURA



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

FIGURA 2.14: TECNOLOGIA DE PONTA NA AGRICULTURA



Fonte: Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste

A produção de grãos, particularmente o de soja, exige que seja utilizada economia de escala, e para que o processo apresente resultados positivos torna-se necessária a utilização de maquinário de alta tecnologia, desde o preparo do solo até a colheita.

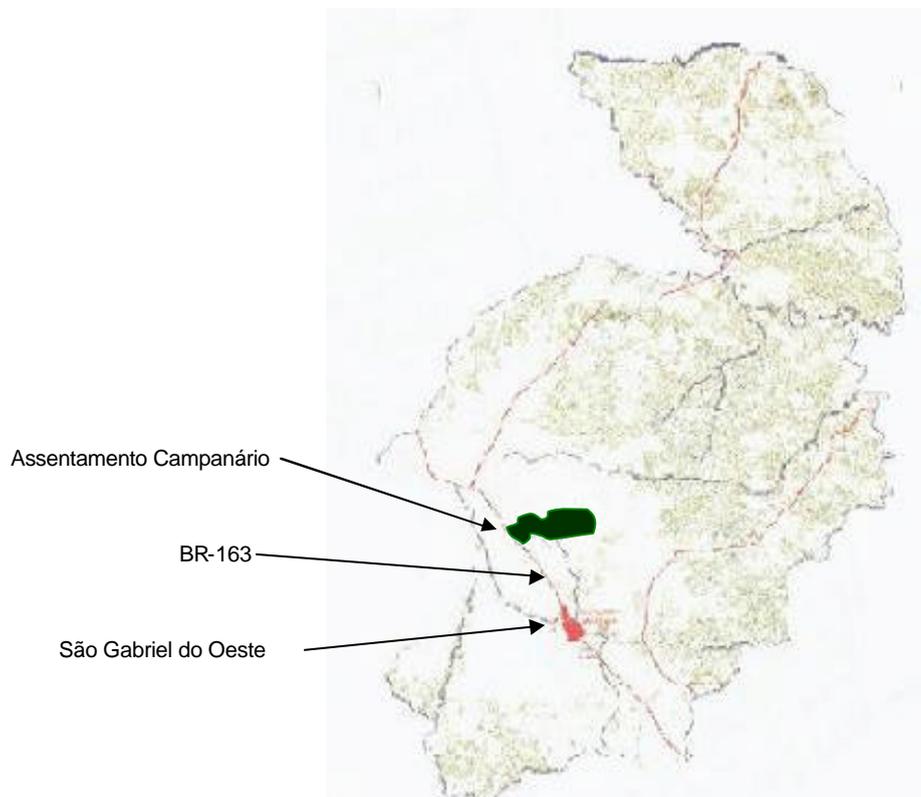
Foi observado durante a pesquisa que esta tecnologia se deslocou para o assentamento, devido ao grande número de parcerias. No local existem tratores, gradadores, arados, plantadeiras, caminhonetes, colhedeira, entre outros.

Tornando, também, esta região um centro de comercialização de maquinário e implementos agrícolas.

2.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de São Gabriel do Oeste, está a uma altitude de 693 metros do nível do mar, existindo entretanto cotas altimétricas situadas entre 300 e 750m de altitude. O Assentamento Campanário fica localizado a 15 km da sede do município de São Gabriel do Oeste, conforme mapa da localização. (Figura 2.15)

FIGURA 2.15: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO-SÃO GABRIEL DO OESTE



Fonte: Plantar

2.3 LIMITES GEOGRÁFICOS

Os limites geográficos do município de São Gabriel do Oeste são ao norte: o município de Coxim, ao sul: os municípios Bandeirantes e Corguinho, a leste: o município de Camapuã, e a oeste: o município de Rio Verde e Rio Negro. Os limites do Assentamento Campanário são: ao norte a Fazenda Modelo Kasper e Cia Ltda, a Fazenda Estrela do Oeste (de Hotil Ferreira da Cunha), a Fazenda Primavera (de Alfredo Antônio Gasparin e João Biazim Filho), ao leste: a Fazenda Campo Alegre (de Zilmar Amaral Catelan) e parte da Fazenda Carneiro (de Amadeo Rampazzo), ao sul a Fazenda Palmeira (de Waldir Grimm), a Fazenda Carneiro (de Celso Rodrigues dos Santos e Amadeo Rampazzo).

2.4 ÁREA DO ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO

A área do Assentamento Campanário é de 2.851,0325 hectares, divididos em 132 lotes (FIGURA 2.16), que tem tamanho variando entre 18,6 a 33,5 hectares.

A seguinte forma: 52,8079 há ocupados por estradas internas do assentamento; 5 há ocupados pelo núcleo rural e 4,0373 ha ocupados por represas. Não foram deixadas as áreas de reserva legal nos lotes individuais.

O perímetro total do assentamento é de 27.119,94 metros. O responsável pela medição e elaboração dos mapas de parcelamento em outubro de 1997, foi o Eng. Agrimensor Yodi Nakamura (CREA 4.980/D-MS). Conforme figura 2.16.

**FIGURA 2.16: ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO
– Modelo Cartesiano**



FONTE: PLANTAR

2.5 ASPECTOS FÍSICOS

O município de São Gabriel do Oeste dispõe de mapeamentos temáticos para todas as características de solos, clima, relevo, geologia, geomorfologia, vegetação, capacidade de suporte, tipo de uso e outros, feitos através de sensoriamento remoto, o que dá a garantia de um trabalho de levantamento mais preciso.

2.6 SOLOS

Na área onde se encontra o Assentamento Campanário, encontramos os seguintes tipos de solo:

- Latossolo Vermelho Escuro Distrófico (textura argilosa, média e muito argilosa) com fase cerrado e relevo que vai desde o suave ondulado ao praticamente plano;
- Glei pouco húmico álico Tb (textura média) com fase floresta tropical higrófila de várzea e relevo plano.

Os critérios para estabelecimento e subdivisão das unidades taxonômicas e fases empregadas estão de acordo com a classificação de solos em desenvolvimento pelo Serviço Nacional de Levantamento de Conservação de Solos – EMBRAPA.

2.7 CLIMA

De acordo com classificação de Koppen - Aw – clima tropical chuvoso, sem estação fria, mas com estação seca (inverno) bem definida com pelo menos, um mês com precipitação menor que 60 mm. A menor temperatura média mensal é superior a 18° C.

2.8. VEGETAÇÃO NATURAL E ATIVIDADES ANTRÓPICAS

Com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro, motivada pelos incentivos governamentais e características morfológicas da área, grandes trechos de Savana (Cerrado) e Floresta Estacional Semidecidual (floresta

tropical subcaducifolia), foram totalmente devastados e substituídos pela agricultura (soja) e pecuária extensiva.

A vegetação antrópica existente no assentamento caracteriza atividades agropecuárias e em especial a agricultura (soja, milho, feijão, arroz, mandioca, etc.).

As espécies utilizadas na safrinha (milho, aveia-preta, milheto) têm dupla finalidade, o aproveitamento dos resíduos de fertilizantes da cultura principal e para proporcionar proteção do solo contra a erosão eólica e as altas temperaturas do solo no período da estiagem.

A ausência de estudos específicos sobre a área, a falta de conhecimentos sobre a capacidade de suporte e a conclusão imediata a respeito das vantagens e desvantagens desta transformação ambiental por parte dos novos proprietários, acarretou prejuízos econômicos, como também danos irreparáveis ao ecossistema local.

A condição topográfica do Chapadão de São Gabriel, onde se insere o Assentamento Campanário, com características de relevo plano e suave ondulado, mascarou o ambiente frágil, provocando profunda modificação na flora e fauna, como consequência da devastação desencadeou-se um processo erosivo de grande monta.

Estes processos erosivos também acabam por acarretar o assoreamento de alguns cursos d'água, causando alagamentos e profundas alterações no regime hídrico de alguns rios.

Na implantação do Assentamento Campanário, já não havia vegetação natural, e as áreas que deviam ser contempladas como áreas de preservação permanente, não foram respeitadas durante a divisão e distribuição dos lotes. Todos os lotes possuíam terraceamento, o que facilitou a conservação dos solos, porém, a grande maioria dos assentados não está fazendo a conservação dos terraços, o que poderá acarretar sérios danos aos solos locais.

2.9 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E DE SERVIÇOS

2.9.1 ESTRADAS E TRANSPORTES

O acesso ao Assentamento é feito através da rodovia BR 163, e a distância da sede do município é de 15 km. Esta rodovia confronta-se a oeste do assentamento e faz divisa em 3.400 m por toda a extensão frontal, a rodovia é pavimentada e é o meio de escoamento da produção.

O Assentamento é servido por estradas municipais e estaduais, em leito natural revestida por cascalho. O total de estradas municipais dentro do assentamento é de 25,58 km e o total de estadual é de 4,1 km.

FIGURA 2.17: TRATOR DOS ASSENTADOS CONSTRUINDO ESTRADA



FONTE: PLANTAR

As estradas internas do Assentamento Campanário foram construídas sem a adoção de critérios que permitissem a conservação adequada das mesmas, desacatando o modelo previsto pelo município para a integração lavoura-estrada. Esse comportamento dos assentados propiciou enormes prejuízos ambientais e à própria estrada, que era facilmente destruída pelas chuvas.

FIGURA 2.18: ACIDENTE OCORRIDO PELA MÁ CONSTRUÇÃO DAS ESTRADAS INTERNAS



FONTE: PLANTAR

Após várias situações de transtornos, o poder público de São Gabriel do Oeste enviou uma equipe de engenheiros para resolver de forma definitiva o problema.

FIGURA 2.19 : ESTRADA REPARADA PELOS ENGENHEIROS DO MUNICÍPIO



Fonte: PLANTAR

Não há no assentamento meios de transporte coletivos, exceto o ônibus da Prefeitura Municipal que faz linha diariamente, com o objetivo de buscar os alunos para estudarem nas escolas da sede do município.

2.9.2 ENERGIA ELÉTRICA

A energia elétrica do assentamento foi estendida a todos os assentados no início do ano de 1999. Nas reuniões ficou decidido que a empresa concessionária que adquirisse a concessão, se responsabilizaria por expandir a rede elétrica em projetos sociais. x

Após várias situações de transtornos, o poder público de São Gabriel do Oeste enviou uma equipe de engenheiros para resolver de forma definitiva o problema.

2.9.3 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Durante o período de ocupação dos lotes, a Fundação Nacional da Saúde, através de convênios, perfurou 2 poços artesianos na área do assentamento, que somados a um terceiro que seria perfurados formam a rede de abastecimento de água do assentamento.

Atualmente todo o assentamento conta com serviço de abastecimento de água.

FIGURA 2.20: CASA DE MADEIRA NO 1º ANO COM ÁGUA



FONTE: PLANTAR

2.9.4 DESTINO DO LIXO

Não há sistema de coleta de lixo no Assentamento Campanário. O lixo é depositado a céu aberto, enterrado ou queimado .

Embora nem todos os assentados adotem esta conduta, as embalagens de agrotóxicos, por serem controladas pela Promotora de Meio Ambiente, são guardadas para posterior devolução no centro de coleta de embalagens tríplice lavadas, do município.

Existem no assentamento poucos tratores agrícolas, (FIGURA 2.17) pertencentes a particulares, para atender aos pequenos produtores, há no município uma empresa especializada (Primor Serviços), que prepara o solo

A escassez de máquinas agrícolas, no assentamento acarreta sérias dificuldades, limitando as possibilidades de expansão da área plantada e a

produtividade de culturas, visto que o pagamento de serviços é caro e nem sempre é aceito, por ser de pequeno volume.

FIGURA 2.21: UTILIZAÇÃO DE TRAÇÃO ANIMAL NO PRIMEIRO ANO DOS ASSENTADOS



Fonte: PLANTAR

É comum no assentamento alguns assentados proprietários de máquinas alugarem por hora para os vizinhos. Tudo isso em decorrência da não existência de Cooperativa

FIGURA 2.22: PRODUTORES UTILIZANDO MÁQUINAS NO 1º ANO DO ASSENTAMENTO



Fonte: PLANTAR

2.9.5 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica é feita pelas seguintes empresa: PLANTAR (Projetos e Planejamentos Agropecuários - Empresa de propriedade particular do Eng.Agrônomo Vilson Mateus Brusamarello), que atua na área de elaboração de projetos agropecuários e o IAGRO (Inspeção e Defesa Agropecuária de Mato Grosso do Sul).

2.9.6 COMUNICAÇÃO

Existe um jornal quinzenal do município, O Gabrielense e outras publicações como: o Jornal Donorte, Correio do Estado (Campo Grande). No assentamento não há circulação de nenhum destes meios de imprensa escrita.

O município possui uma emissora de rádio, a Rádio Nova Difusora de São Gabriel do Oeste, que tem grande alcance e pode ser ouvida no Assentamento Campanário.

As televisões são sintonizados, via antena parabólica, as redes: SBT, Bandeirantes e Rede Globo.

O serviço de telefonia é prestado pela Empresa de Telecomunicações de Mato Grosso do Sul, e não há terminais telefônicos comunitários no Assentamento Campanário.

Existe no município a agência da Empresa de Correios e Telégrafos, porém não há posto de atendimento dentro do Assentamento Campanário, este serviço é prestado pelo Sindicato dos Trabalhadores rurais, que centraliza as correspondências do assentamento.

2.9.7 ARMAZENAGEM

Há uma extensa rede de armazenagem no município de São Gabriel do Oeste, que aceita para depósito os mais variados produtos agrícolas, o que facilita a comercialização dos produtos do assentamento. De acordo com a CONAB (rede oficial de armazenagem), há uma capacidade estática de grãos da ordem de 14.700 toneladas. Embora os preços flutuem no mercado de valores,

não tem havido recusa do recebimento dos produtos produzidos no assentamento, que tem empregado alguma tecnologia e tem obtido produtos de qualidade.

2.10 ASPECTOS SOCIAIS

2.10.1 Saúde

- O assentamento possui serviço odontológico.
- Possui um Posto de saúde que não está funcionando pela falta de médicos.
- Os assentados são atendidos no Posto de Saúde do Município localizado no Bairro Milani.

FIGURA 2.23: POSTO DE SAÚDE DESATIVADO NO ASSENTAMENTO



Fonte: PLANTAR

2.10.2 Segurança Pública

Não há no Assentamento Campanário qualquer atividade policial. O serviço de segurança pública é prestado pela polícia Militar Estadual, que possui um ponto de apoio no município de São Gabriel do Oeste.

2.11 ORGANIZAÇÕES

No início os grupos sociais organizados existentes eram : ATACERTA (Associação de Trabalho com Extrema Representação dos Trabalhadores Assentados), ASDECAN (Associação de Desenvolvimento do Assentamento Campanário), COOAGRI (Cooperativa agrícola de São Gabriel do Oeste) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel do Oeste. Atualmente apenas a ATACERTA está em atividade com o nome de AGAPE

Figura 2.24: SEDE DA AGAPE



Fonte: Campos Thales UCDB – São Gabriel

2.12 HABITAÇÃO

As residências no assentamento são em sua maioria de alvenaria, havendo casas mistas de alvenaria e madeira.

FIGURA 2.25: MORADIA INICIAL INDIVIDUAL DOS ASSENTADOS



Fonte: PLANTAR

No primeiro ano de assentamento a maioria dos assentados utilizavam lonas conforme, figura 2.25.

FIGURA 2. 26: MORADIAS COLETIVAS NO 1º ANO DE ASSENTAMENTO



Fonte: PLANTAR

FIGURA 2.27: MORADIAS APÓS O 1ºANO DO ASSENTAMENTO



Fonte : PLANTAR

No local estão assentadas 463 pessoas, distribuídas em 132 lotes, desde lotes com apenas 1 pessoa até lotes com 15 pessoas, (Quadro 2.1) devido ao fato das famílias abrigarem parentes próximos, apresentando a forte característica do assentamento, no quesito “inclusão social”, com um mínimo de evasão.

FIGURA 2.28: PADRÃO DAS MORADIAS ATUAIS DO ASSENTAMENTO



Fonte: Campos Thales UCDB – São Gabriel do Oeste

Quadro 2.1: Número de Habitantes por Lote

Lote	Habitantes	Lote	Habitantes	Lote	Habitantes
01	4	38	2	75	-
02	6	39	2	76	1
03	3	40	3	77	-
04	6	41	5	78	3
05	4	42	3	79	1
06	-	43	5	80	3
07	5	44	3	81	3
08	6	45	7	82	4
09	4	46	3	83	7
10	4	47	7	84	14
11	7	48	3	85	15
12	7	49	-	86	3
13	2	50	4	87	4
14	5	51	2	88	4
15	4	52	6	89	-
16	3	53	2	90	1
17	5	54	4	91	1
18	3	55	2	92	1
19	-	56	3	93	2
20	5	57	2	94	5
21	3	58	2	95	1
22	3	59	4	96	2
23	6	60	4	97	-
24	-	61	4	98	7
25	5	62	6	99	2
26	-	63	5	100	5
27	4	64	6	101	5
28	1	65	10	102	4
29	4	66	4	103	3
30	-	67	2	104	4
31	3	68	7	105	1
32	3	69	2	106	3
33	3	70	4	107	6
34	5	71	4	108	2
35	5	72	3	109	-
36	3	73	3	110	-
37	4	74	2	111	1
112	9	121	7	128	4
113	8	122	6	129	-
114	-	123	4	130	2
115	8	124	2	131	4
116	2	125	4	132	2
117	3	126	5	TOTAL 463	
118	3	127	-		
119	-	128	4		
120	4	129			

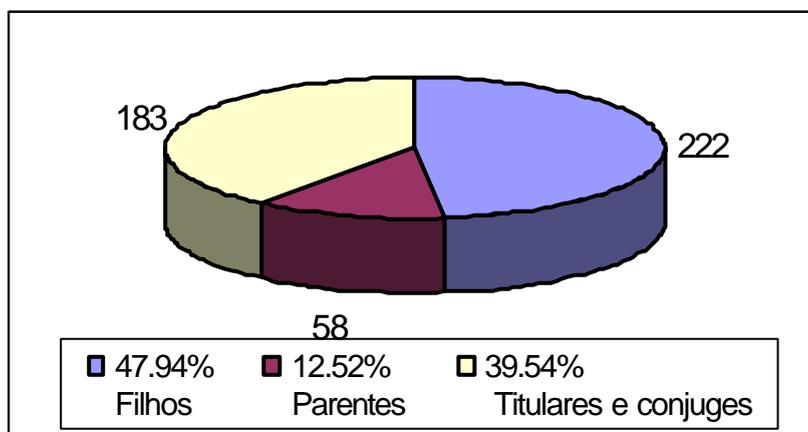
Fonte: Pesquisa de Campo

CAPÍTULO III

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS E ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

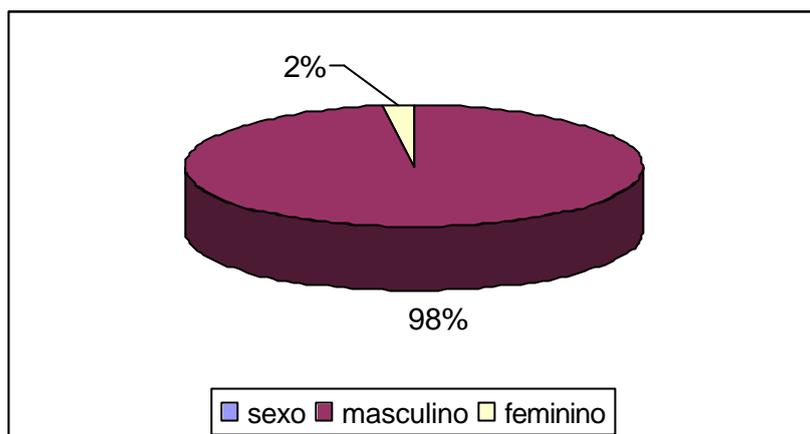
Os dados levantados e sua análise, foram estruturados buscando extrair dos atores do processo em estudo a real situação das famílias assentadas.

Gráfico 3.1 - POPULAÇÃO ESTRATIFICADA DO ASSENTAMENTO



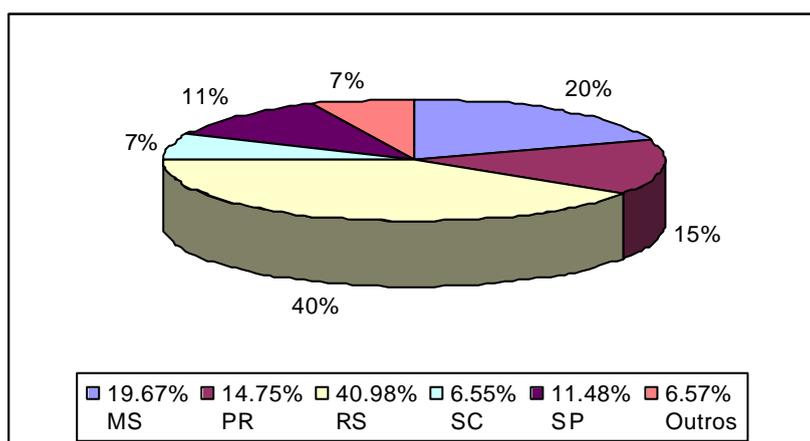
No gráfico 1, observa-se que 47,94 % da população do Assentamento Campanário é composta por menores de 18 anos, filhos dos titulares dos lotes. Os pais representam 39,52 %. Obedecendo a lógica da inclusão social 12,52 % são parentes (48,27 % são netos; 13,79 % genros e noras; 8,62 % tios; 6,9 % sogros; 3,44 % pais; 3,44% irmãos) restante 15,54 % é composto por primos, sobrinhos, cunhados e enteados.

Gráfico 3.2 - SEXO DOS TITULARES DO LOTE



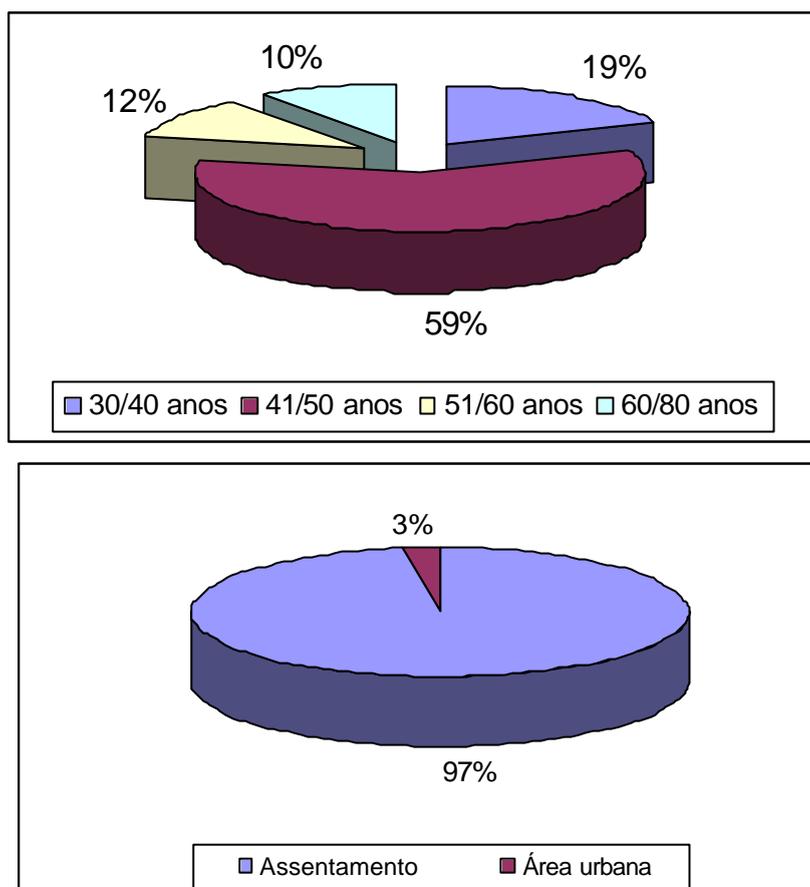
No assentamento há a predominância dos titulares do sexo masculino, sendo 129 homens e três mulheres.

Gráfico 3.3 - ORIGEM DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS



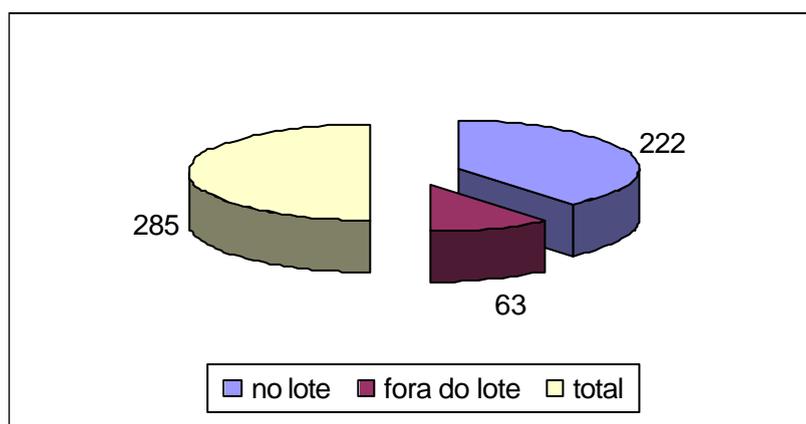
A maior dificuldade encontrada nos assentamentos, segundo Ângelo e Bonaccini (2002, p.46) está em organizar pessoas com diversidades culturais. Dependendo da situação podem ser auxiliares valiosos ou agentes com capacidade de destruir o espírito de equipe. Observa-se que existe predominância da cultura do Rio Grande do Sul e um percentual pequeno de pessoas naturais do estado de Mato Grosso do Sul, levando-se em conta a localização do Assentamento Campanário.

Gráfico 3.4 - FAIXA ETÁRIA DOS PROPRIETÁRIOS DO LOTE



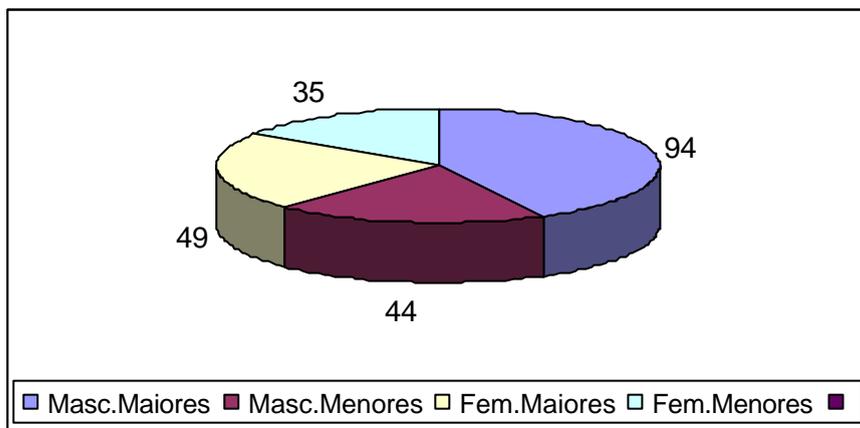
Segundo, Ângelo e Bonaccini (2002, p.39), apenas 20 % dos produtores rurais do país possuem menos de 45 anos. Foi observado que, 25 titulares (19 %), possuem idade entre 30 a 40 anos; 78 titulares (59 %), estão na faixa etária entre 41 a 50 anos; 16 titulares (12%) se encontram entre 51 a 60 anos, restando 13 (10 %) com idade acima de 60 anos. Pelo fato de existir muitos titulares entre 40 e 50 anos, o percentual de titulares com idade inferior a 45 anos se aproxima dos valores nacionais.

Gráfico 3.5 - NÚMERO DE FILHOS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS



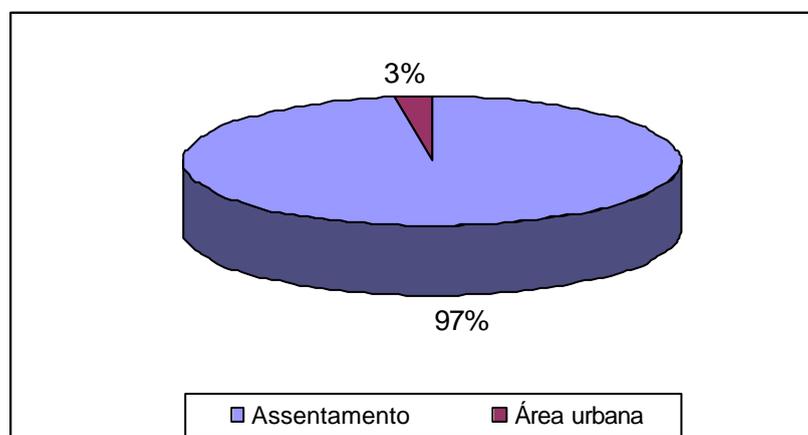
É importante observar que 77,89 % dos filhos de titulares dos lotes residem dentro do assentamento e 22.11 % residem fora do Campanário, porém convém destacar que pela afirmação de Ângelo e Bonaccini, existe a propensão deste contingente abandonar o local onde residem e se deslocarem para as cidades mais próximas.

Gráfico 3.6 - NÚMERO DE FILHOS RESIDENTES NO LOTE POR FAIXA ETÁRIA E SEXO



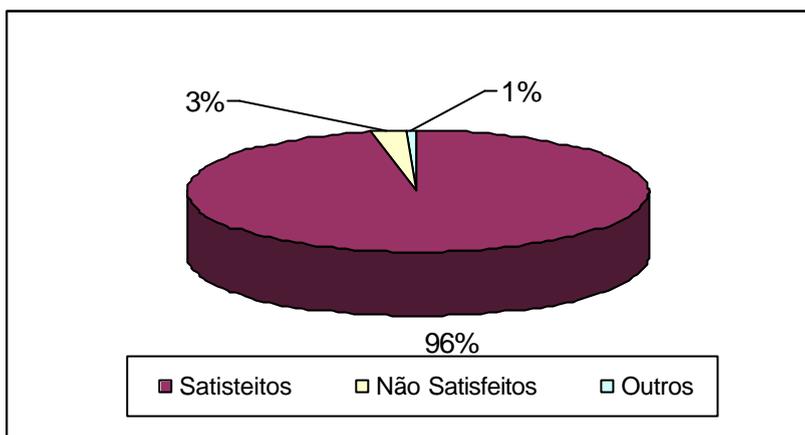
No Assentamento Campanário existe predominância do sexo masculino, quanto ao número de filhos. Do total, 138 são homens (68,11 % maiores e 31,89 % menores de idade) quanto às mulheres, de um total de 84 (58,33 % maiores e 46,67 % menores de idade). É importante destacar que os dados obtidos revelam que os filhos maiores (64,41 %) ainda junto de suas famílias, contrariando pesquisa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) de que os assentamentos rurais não passam de asilos e creches.

Gráfico 3.7 - LOCAL QUE RESIDEM OS ASSENTADOS



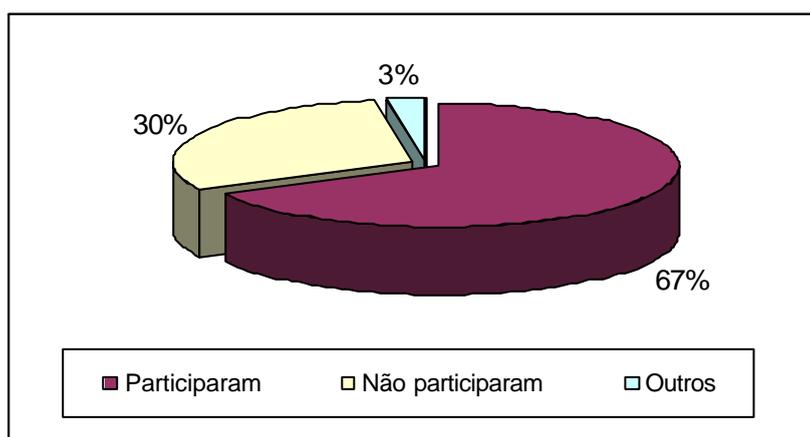
Conforme demonstrado no gráfico nº 7, a maioria dos titulares residem nos lotes e o restante moram na área urbana, possuem parentes diretos residindo no assentamento.

Gráfico 3.8 - GRAU DE SATISFAÇÃO EM RESIDIR NO ASSENTAMENTO



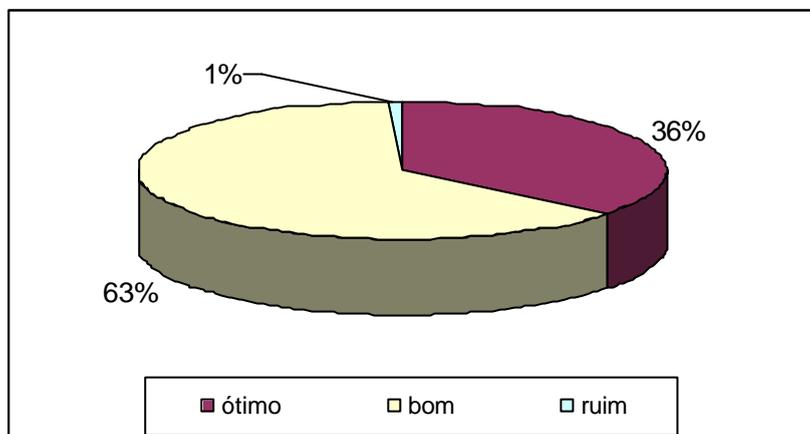
Nas entrevistas efetuadas junto aos titulares constatou-se que a quase totalidade dos assentados estão satisfeitos em morar no local. O fato de possuírem casas próprias com uma infra-estrutura satisfatória colaborou com o resultado positivo das respostas.

Gráfico 3.9 - PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS PELA TERRA



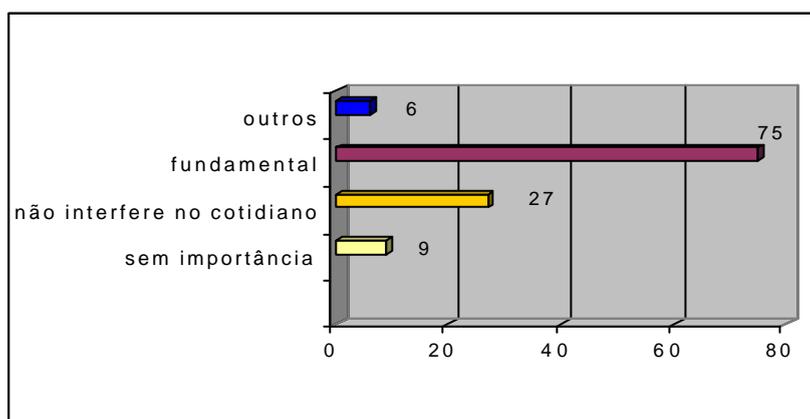
Os 67 % que responderam de forma afirmativa, são oriundos do movimento FETAGRI e permaneceram acampados no período de 1 a 3 anos, o restante recebeu o lote no ato de inscrição.

Gráfico 3.10 - CONVIVÊNCIA COM OS VIZINHOS



As pessoas que opinaram, afirmaram que o relacionamento entre vizinhos está entre bom e ótimo. A maioria dos assentados possui algum tipo de parceria com o vizinho mais próximo, fato este que teve resultado direto na resposta.

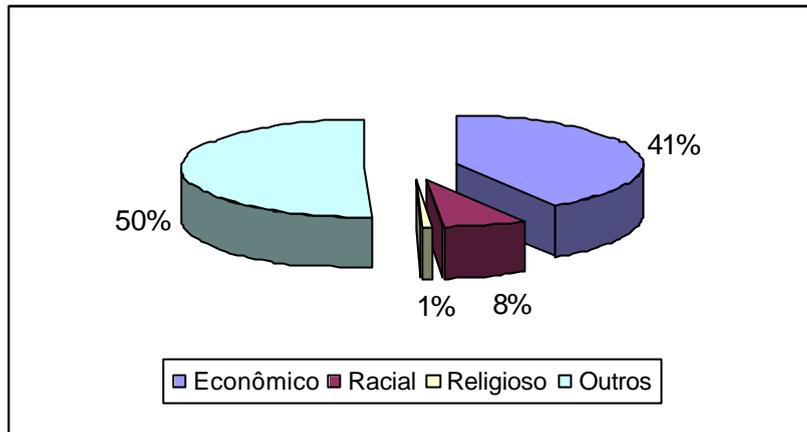
Gráfico 3.11 - OPINIÃO DOS ASSENTADOS SOBRE POLÍTICA



Dentre os entrevistados 35,89 % não acompanham o noticiário político e demonstram descrédito em relação ao governo. Outro grupo de entrevistados opinaram de forma positiva, destacando a importância de um acompanhamento das medidas governamentais dirigidas para o ramo de atividades que exercem,

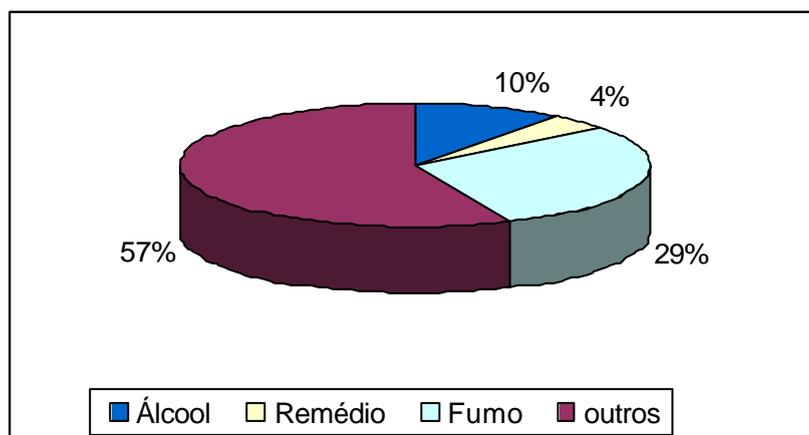
esses números mostram uma tendência no sentido de diagnosticar quem está preocupado com o progresso e com a vida na terra e quem se acomodou.

Gráfico 3.12 - TIPOS DE PRECONCEITOS ENCONTRADOS NO ASSENTAMENTO



Os entrevistados que representam 41 % demonstram que existe no local uma ruptura de relacionamento entre os que produzem e possuem renda e os que pouco produzem e portanto possuem pouca renda, apesar de 59 % não terem manifestado preconceito econômico, o fato de nenhuma outra opção ter ultrapassado o patamar de 8 %, ratifica que o maior preconceito é o econômico.

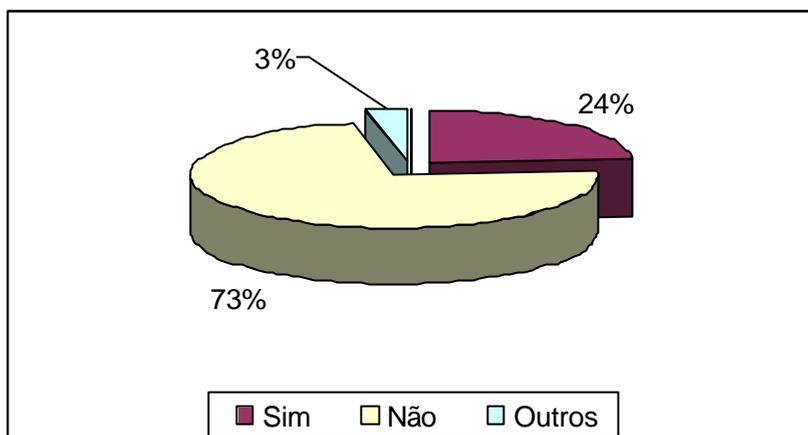
Gráfico 3.13 - VÍCIOS DOS ASSENTADOS



Os valores encontrados na pesquisa estão dentro dos padrões da sociedade, o fato de existir uma incidência maior com relação ao fumo (29 %) não nos permite fazer nenhum tipo de análise, pelo fato de existir um número significativo de

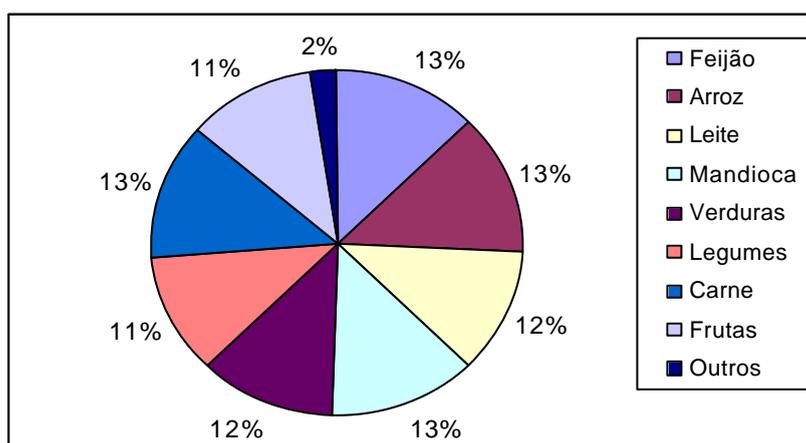
variáveis que levam as pessoas a procurarem o cigarro, não há incidência de uso de drogas no assentamento, a faixa etária existente no local é incompatível com a faixa etária média dos usuários de drogas.

Gráfico 3.14 - DOENÇAS GRAVES NA FAMÍLIA DOS ASSENTADOS



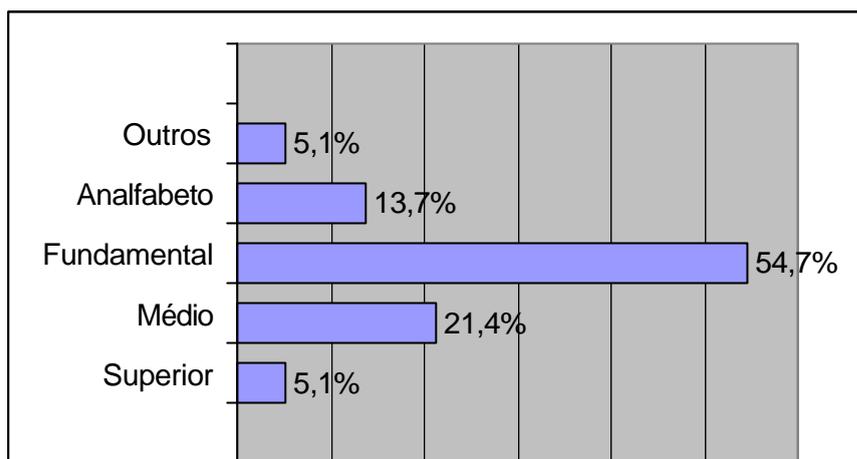
O fato de 73 % terem opinado quanto a inexistência de doenças graves demonstra que lado foi constatado durante a pesquisa que a população do local carece de atendimento médico de rotina.

Gráfico 3.15 - ALIMENTAÇÃO BÁSICA DOS ASSENTADOS



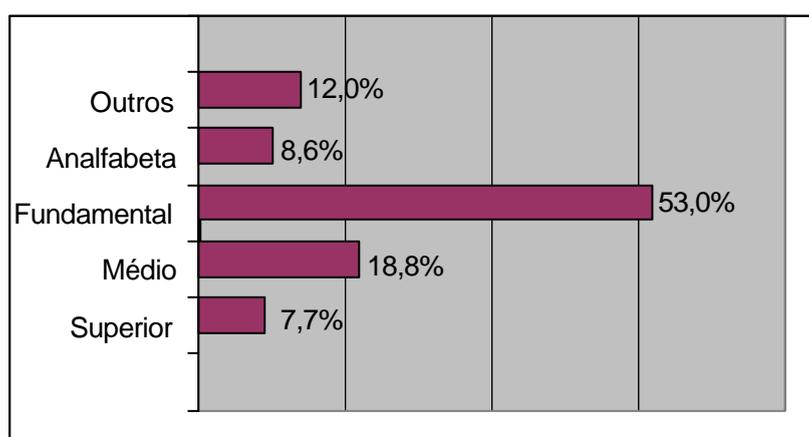
No que se refere a alimentação, a resposta dos assentados deixa claro que existe no assentamento uma produção de subsistência.

Gráfico 3.16 - ESCOLARIDADE DO TITULAR DE SEXO MASCULINO



Dentre os entrevistados foi encontrado uma predominância de escolaridade no nível fundamental 54,7 %, seguido de um contingente de 21,36 % no ensino médio, porém o destaque fica para 5,12 % dos titulares com ensino superior e o baixo nível de analfabetos que se situam por volta de 13,67 %. É importante destacar que o resultado das condições de educação reflete no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o município de São Gabriel do Oeste com um IDH de 0,808 % supera a média nacional que é de 0,764 % e também ultrapassa a média estadual que está no patamar de 0,778 % (Sebrae/UCDB). No assentamento existe uma escola que utiliza professores oriundos do município que estão repassando essa vocação para os moradores locais.

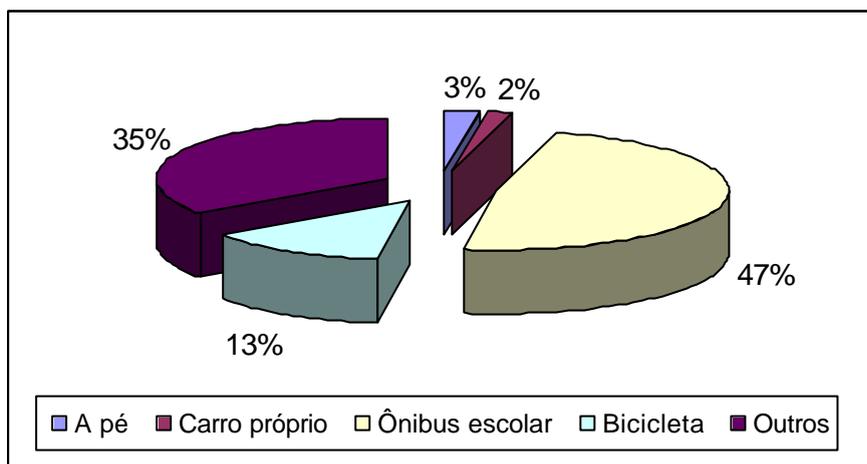
Gráfico 3.17 - ESCOLARIDADE DOS CÔNJUGES DO SEXO FEMININO



Os percentuais de escolaridade encontrados nos cônjuges do sexo feminino demonstram que existe um equilíbrio educacional nos casais do assentamento. É de fundamental importância destacar que a escola situada no local

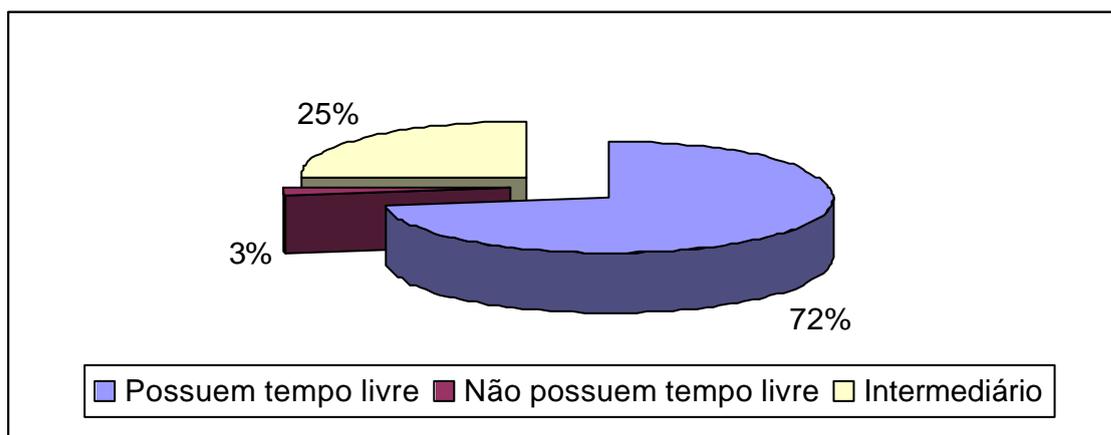
onde as famílias residem possuem curso noturno direcionado para a educação de adultos. Portanto os números apresentados em virtude do exposto não pode ser considerado definitivo.

Gráfico 3.18 - TRANSPORTE UTILIZADO PARA IR À ESCOLA



Como foi observado através das respostas dos entrevistados, existe o transporte público escolar que passa pelos lotes apanhando os alunos, 47 % deste contingente utilizam esse recurso, 35 % utilizam de outros e 16 % residem próximos à escola e vão à pé ou de bicicleta.

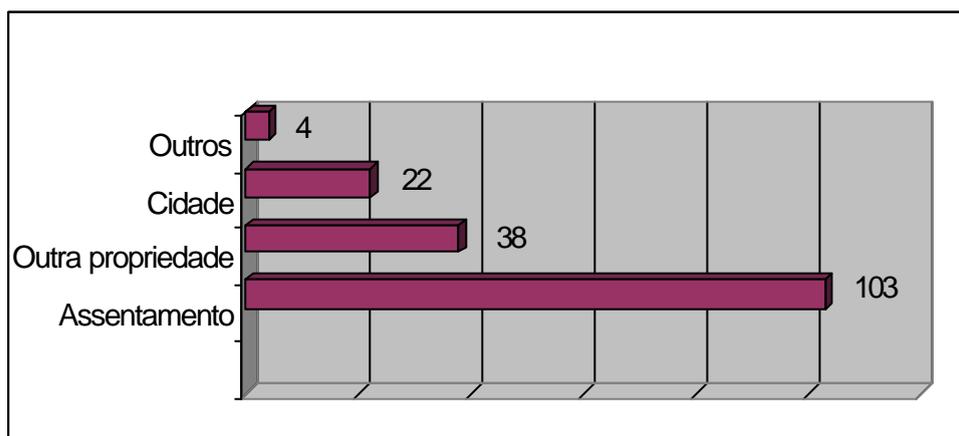
Gráfico 3.19 - DISPONIBILIDADE DOS FILHOS PARA TAREFAS ESCOLARES



Existe no assentamento uma preocupação quanto a exploração do trabalho infantil, e no local há uma unidade do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) que fornece aos menores benefícios sociais e monetários. Ao mesmo tempo a entidade realiza um trabalho de acompanhamento que leva os menores a dispor de tempo livre suficiente para a realização de tarefas escolares. Esse fator determinou um percentual de 72 % de respostas positivas.

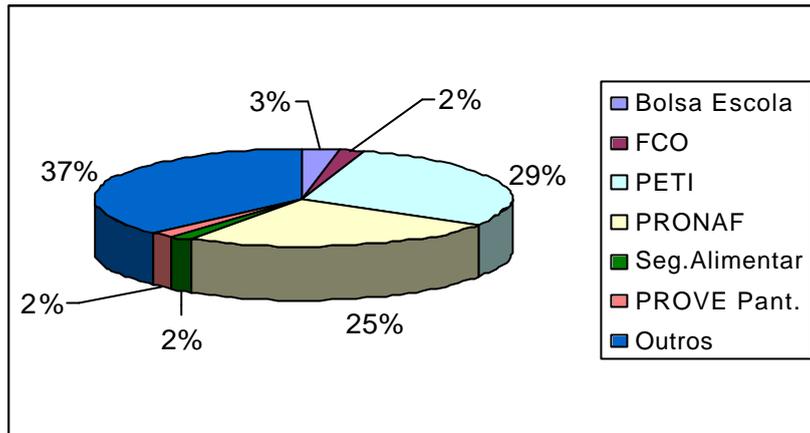
Segundo Ângelo e Bonaccini, a renda média mensal de 53 % dos produtores rurais que dependem exclusivamente do trabalho no campo é de R\$ 500,00. Apenas uma parcela de 15% recebem mais de R\$ 2.000,00 por mês. Os percentuais encontrados, referentes à renda dos assentados se encaixam nesta afirmação.

Gráfico 3.21 - ORIGEM DA RENDA FAMILIAR



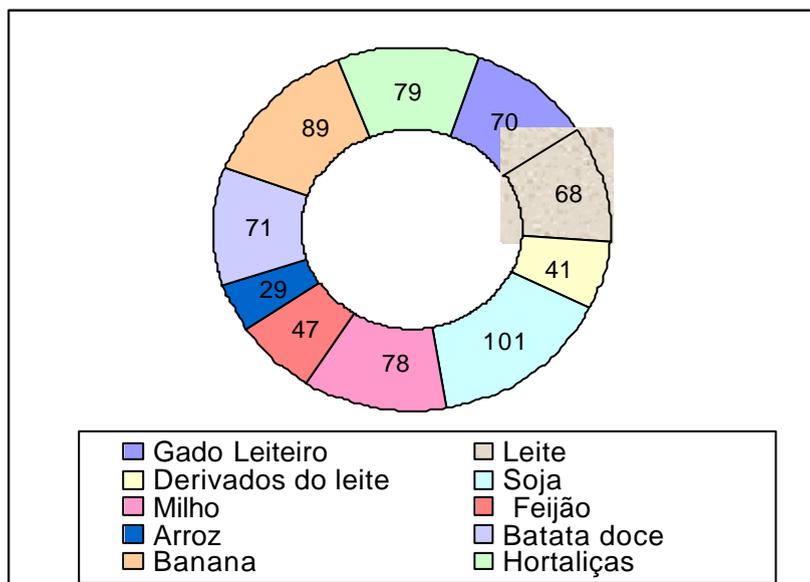
Depois de ouvir 39.904 proprietários rurais em quase todo o país, no final dos anos de 98 e início de 99, a Confederação Nacional Agricultura (CNA), divulgou estudo sobre o perfil do agricultor brasileiro. Antônio de Salvo, presidente da entidade, afirma que 64% dos agricultores realizam atividades complementares e que: "a atividade agrícola está se transformando em complementação de renda". O fato de 103 famílias obterem renda apenas do assentamento justifica o valor da renda mensal, observação do gráfico nº 20.

Gráfico 3.22 -AJUDA FINANCEIRA DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS



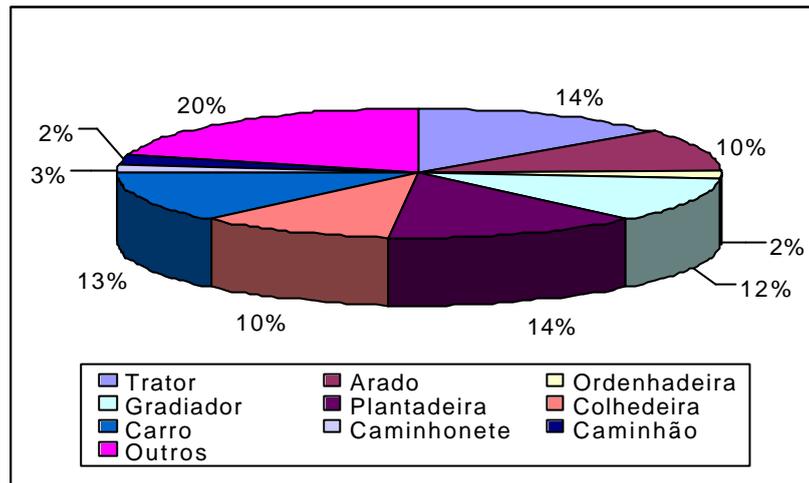
Pelas respostas obtidas, pode-se observar que todas as famílias receberam de alguma entidade, algum tipo de benefício com destaque para o PETI (29 %) que ratifica a preocupação com o trabalho infantil e ao mesmo tempo reforça a observação da existência de um número considerável de filhos menores no assentamento.

Gráfico 3.23 - PRODUÇÃO DOS LOTES



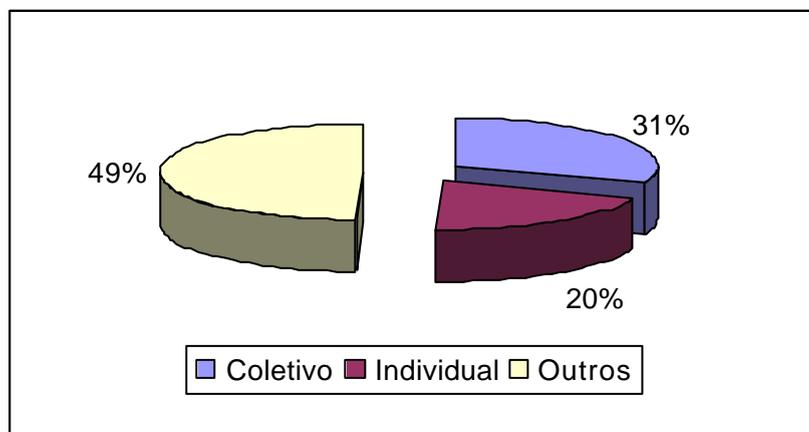
A produção básica do assentamento destinada a comercialização está apoiada em três produtos: soja, milho e leite que aparecem respectivamente em 101, 78 e 68 lotes, o restante da produção é destinada para a subsistência, embora pequenos excedentes sejam comercializados.

Gráfico 3.24 - EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PELOS ASSENTADOS

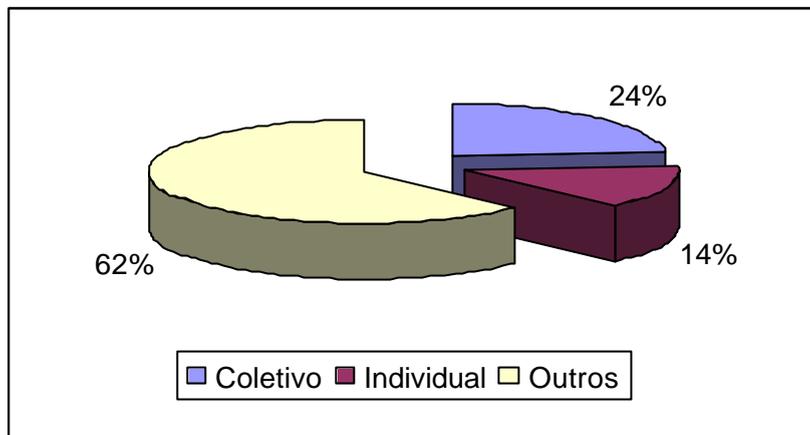


Para a produção total do assentamento os equipamentos utilizados são os que constam no gráfico nº 24. Observa-se, pelas respostas dos assentados que esses equipamentos são usados para a produção de soja, milho e leite, que são a base econômica do Campanário.

Gráfico 3.25 - USO DE TRATOR

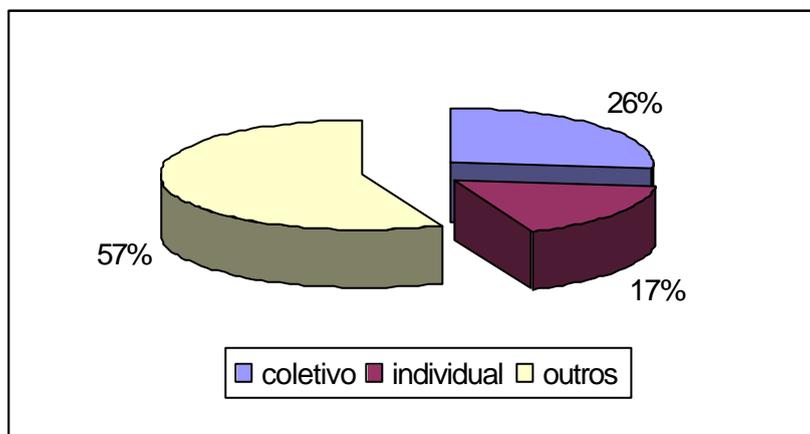


O uso do trator de forma coletiva e individual ratificam que 51 % das famílias estão envolvidas com a agricultura direcionada para a soja e o milho, produtos característicos de comercialização. O restante trabalha com leite e agricultura de



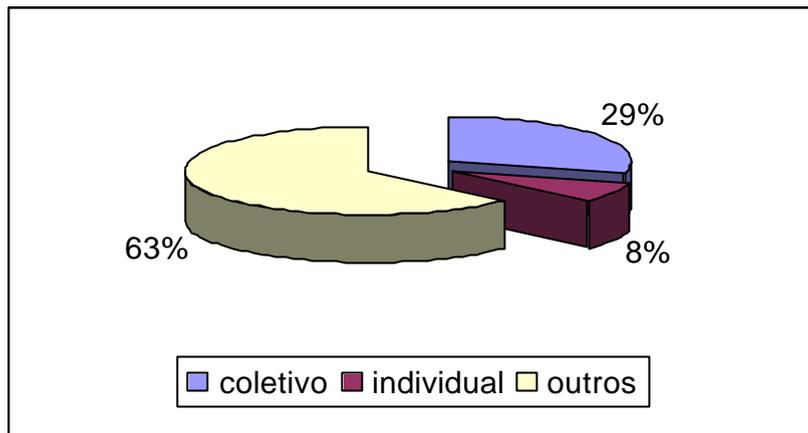
subsistência, além de hortas e pomares.

Gráfico 3.26 - USO DO GRADIADOR



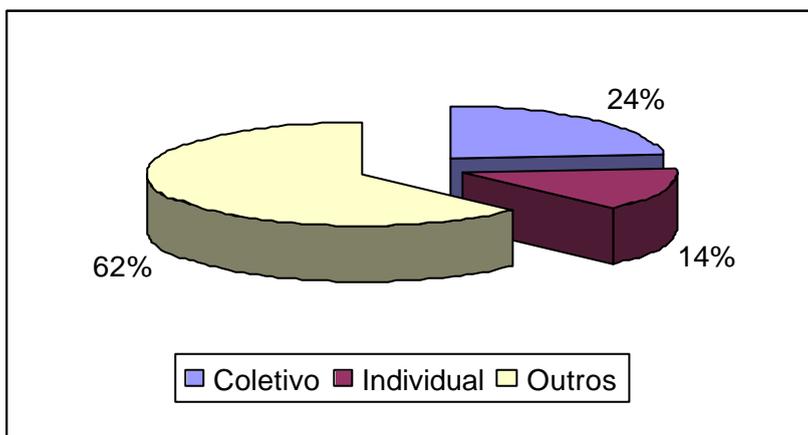
O uso do gradiador se enquadra na análise do quadro nº 25 e demonstra de forma clara quantas famílias produzem produtos agrícolas voltados para a comercialização.

Gráfico 3.27 - USO DE COLHEDEIRA



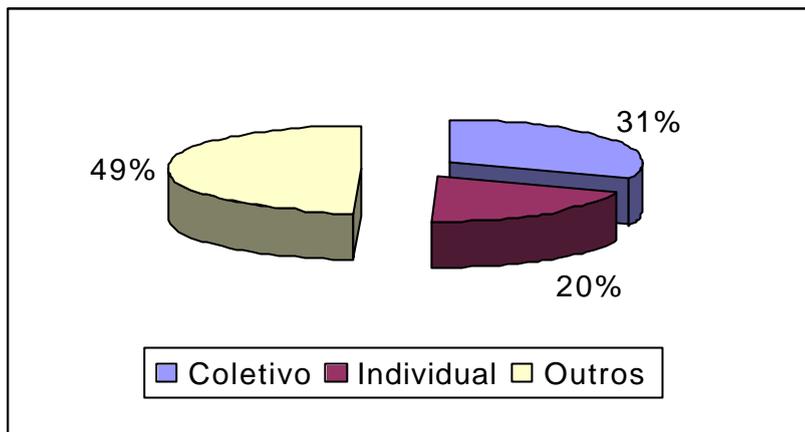
O uso da colhedeira têm relação direta com as opiniões dos quadros nºs 25 e 26, porém demonstra que a estrutura de produção possui equipamentos necessários em todas as etapas do plantio.

Gráfico 3.28 - USO DE ARADO



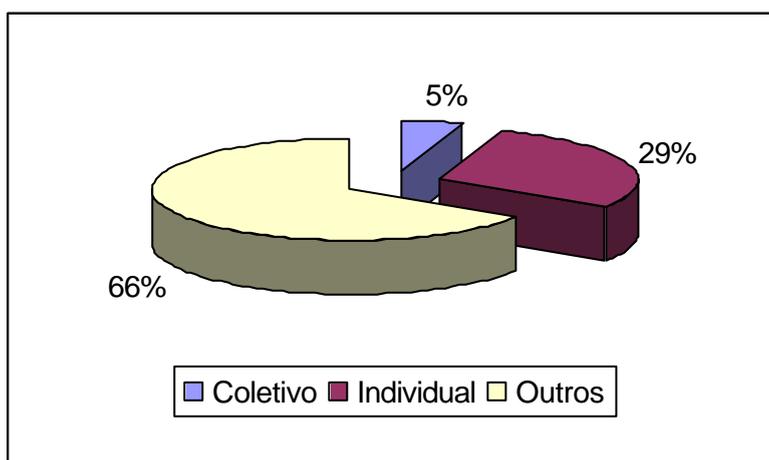
O uso de arado ratifica a resposta dos quadros de nº 27.

Gráfico 3.29 - USO DE PLANTADEIRA



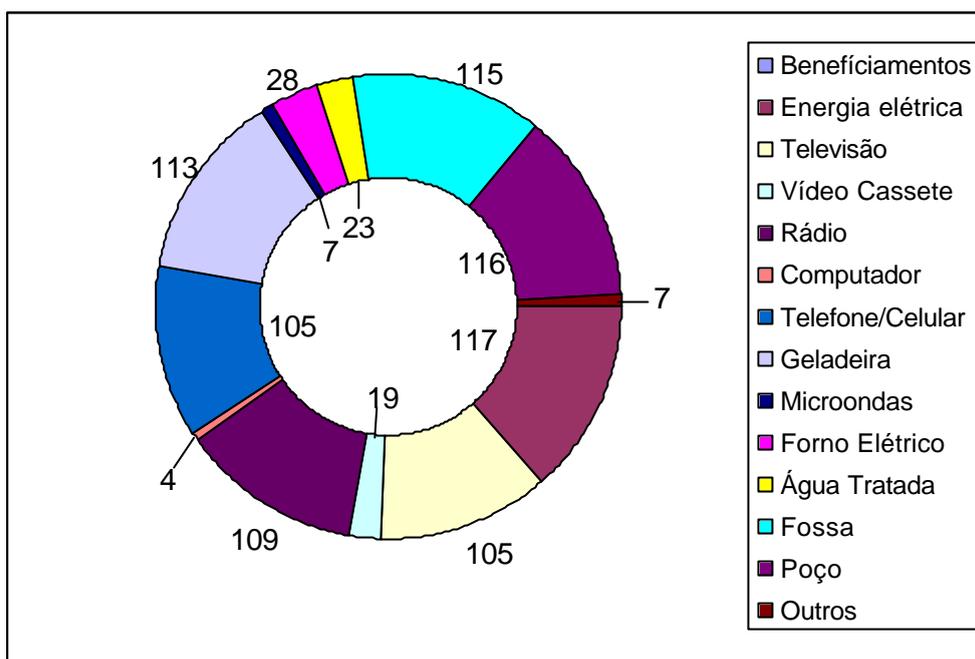
As respostas relacionadas com o uso da plantadeira estão de acordo com a análise do quadro nº 27. O fato de ocorrer as diferenças entre coletivo e individual demonstram quais os produtores que produzem em escala (parceiros) 20 % e quais os produtores que produzem em quantidades menores e necessitam alugar o maquinário dos vizinhos.

Gráfico 3.30 - USO DE TRITURADOR



O uso do triturador está também relacionado com o processo de silagem, portanto se restringem aos assentados que não trabalham com a soja e o milho.

Gráfico 3.31 - ELETRO/ELETRÔNICOS E SANEAMENTO BÁSICO



Quando os problemas de infra-estrutura são satisfatórios, existe uma tendência para a procura de bens duráveis relacionados com o conforto. O gráfico nº 31 mostra que o processo de implantação de infra-estrutura em andamento está atendendo as expectativas da população assentada. A quantidade de eletrodomésticos quantificada através das respostas têm relação direta com a presença de energia elétrica em 100 % dos lotes.

CAPITULO IV

4- DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL DO ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO

4.1 DADOS ECONÔMICOS

Em Mato Grosso do Sul, mais de 80% dos municípios produzem soja, o maior produtor é Maracaju, responsável por 10,03% do total da produção estadual, em seguida classificam-se os municípios de Dourados com 9,92%, São Gabriel do Oeste 9,78%, Ponta Porá 8,35% Chapadão do Sul 6,25% e Sidrolândia 5,36%, que juntos com Maracaju correspondem a 49,70% da produção do Estado. (IBGE, 2002).

A microrregião do Alto-Taquari, que segundo dados do IBGE no ano 2000 representou 20,11% da produção de Mato Grosso do Sul, tem no município de São Gabriel do Oeste o seu grande destaque na sojicultura e é exatamente neste município, que está localizado o Assentamento Campanário, que em seu primeiro ano produzia milho, pelo fato dos financiamentos oferecidos pelo do Banco do Brasil aos assentados nesse período contemplarem apenas essa cultura (PLANTAR PROJETOS E PLANEJAMENTOS AGROPECUÁRIOS).

Não tardou para que os assentados percebendo a vocação do solo para o cultivo da soja, passassem no ano seguinte a priorizar a produção do produto, em uma região que conta toda infra estrutura voltada para a sojinocultura, estrutura esta, instalada antes da implantação do projeto do assentamento rural.

4.1.1 SOJA

Os números da produção de soja do Assentamento Campanário estão ilustrados nas Tabelas abaixo, segundo dados do IDATERRA de São Gabriel do Oeste:

Tabela 4.1: Produção de Soja no Assentamento Campanário no período de 2002-2005

Ano	Saca / Ha	Área Total / Ha	Produção Total Sacas
2002	40,0	2.000	80.000
2003	45,0	2100	94.500
2004	48,0	2150	103.200
2005	28,0	2.200	61.600

Fonte: Idaterra – São Gabriel do Oeste

Na tabela acima, pode ser observado que a área de cultivo foi ampliada de 2002 para 2003 em 5%, aumentou 2,38% em 2004 e continuou o processo de expansão em 2005 com o índice de 2,32%. Ao mesmo tempo, a produção apresentou um aumento de 18% com a expansão da área utilizada em 2003, 9,20% em 2004 e queda de 40.31% no ano de 2005.

O aumento da área de cultivo da soja se deve aos resultados positivos que a sojicultura apresentou no período e a quantidade de sacas pôr ha. evoluiu, pelo fato do solo do assentamento ter sido contemplado com o incremento crescente de tecnologia, (adubos; sementes fiscalizadas e utilização de maquinário moderno).

O declínio da produção em 2005, foi reflexo do baixo índice pluviométrico ocorrido na época do plantio e da queda do preço da saca no mercado interno e externo.

Muitos agricultores não aplicaram herbicidas no final da colheita, para que os gastos não fossem elevados ainda mais, fato este, que levou a produção interna do assentamento a apresentar números menores que o esperado.

Foi observado que entre 2002 e 2004 a produção de soja no assentamento teve variação positiva de 29%, ao mesmo tempo, pode ser observado que entre 2002 e 2005, ocorreu variação negativa de 23%

O Assentamento possui uma extensão de 2.851 ha e o percentual de utilização do espaço para o plantio da soja foi significativo no período de 2002 a 2005, conforme ilustra a Tabela 4.2.

Tabela 4.2: Percentual de Utilização do Espaço para o Plantio da Soja de 2002 a 2005

Período	Area Total ha	Area Utilizada para Plantio	Porcentagem
2002	2.851 ha	2.000 ha	70.0%
2003	2.851 ha	2.100 ha	73.6%
2004	2.851 ha	2.150 ha	75.41%
2005	2.851 ha	2.200 ha	77.16%

Fonte: IDATERRA – São Gabriel do Oeste

O custo fixo apresenta-se na forma de fatores de produção (parte do custo que o produtor terá que assumir mesmo que a propriedade não esteja produzindo em sua totalidade), cujas quantidades não podem ser modificadas no curto prazo. Os componentes analisados referem-se a despesas com à depreciação, conservação e juros sobre o capital empregado em terra, benfeitorias máquinas e equipamentos. (MICHELS, 2004 p.149)

Já o custo variável refere-se às despesas realizadas com fatores de produção cujas quantidades podem ser modificadas, em função do nível de produção desejado, tais como sementes, fertilizantes, defensivos, lubrificantes etc...(MICHELS, 2004 p.149)

A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) considerou dois tipos de plantio para análise dos custos: o direto que prima pela conservação da terra e aproveita uma pastagem ou solo com uma outra cultura anteriormente cultivada; e o convencional que faz uso intensivo de gradagem e expõe a terra ao sol.

No Assentamento Campanário o sistema de arrendamento (parcerias), é fator predominante e se posiciona na faixa de 70% do total dos lotes.

Utilizam o sistema de plantio direto e não existe no local uma fórmula correta para a apuração dos custos de produção, pois cada produtor trabalha a terra de maneira diferente.

Será utilizado o método de Chapadão do Sul como referencial, já que ambos os municípios estão localizados na região norte e nordeste do Estado, que em termos gerais são semelhantes:

Quadro 4.1: Custo de Produção utilizando o Plantio Direto em Chapadão do Sul

Custos Fixos	R\$ 110,38
Custos Variáveis (insumos)	R\$ 349,94
Custos Variáveis (operações agrícolas)	R\$ 43,63
Outros Custos	R\$ 74,89
Total Geral	R\$ 578,84

Fonte: MICHELS, 2004 p. 152

Utilizando como base o preço de venda R\$ 27,60 da saca de soja de 60 Kg, apoiado em dados do Correio do Estado, jornal de maior veiculação local, de 20.08.2005, os produtores terão que colher no mínimo 21,43 sacas para cobrir os gastos.

Observando a produção de soja do Assentamento Campanário de 2002 a 2005 observa-se que em 2002 o assentamento ultrapassou a média de cobertura dos gastos de produção, (Com base no referencial de Chapadão do Sul) em 76,91%, em 2003 ultrapassou em 99,02%, em 2004, ultrapassou em 112,29% e apesar dos contratempos ocorridos com o produto em 2005 superou a média de cobertura dos gastos de produção em 29,62%.

Os parceiros que cedem as terras, recebem a quota fixa de 7 (sete) sacas por hectare arrendado. Partindo desse pressuposto, um assentado que possui e arrendou 20 hectares de terras no Assentamento Campanário, recebe 140 sacas após a colheita, o que representa, utilizando os números do Correio do Estado de agosto de 2001, R\$ 3.780,00 de receita anual e R\$ 315,00 de receita mensal

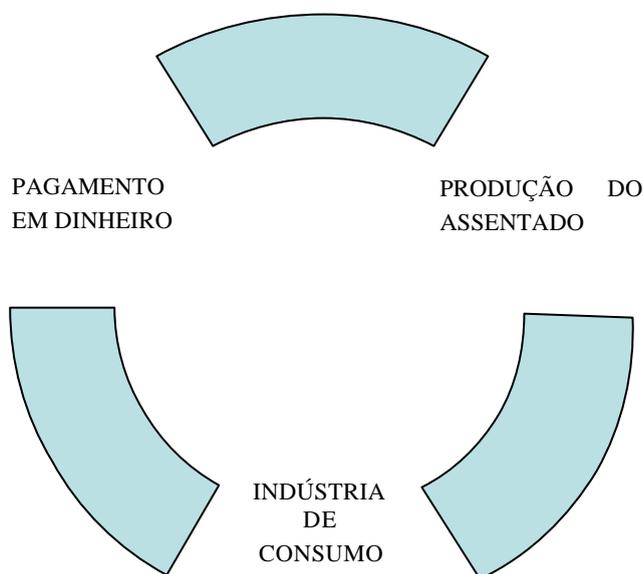
Todos os assentados estão enquadrados nos grupos C, D e E, das linhas de financiamento do Banco do Brasil, (Linhas de Financiamentos para Assentados da Reforma Agrária que se utilizam do PRONAF), todos possuem Inscrição Estadual (I.E) e no instante da comercialização emitem a Nota Fiscal, da produção do lote que arrendaram, caracterizando que a venda teve origem na produção própria. (PLANTAR PROJETOS E PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIOS).

Existem casos de assentados inadimplentes com o Banco do Brasil, utilizarem nota fiscal do vizinho, ou seja, de proprietário de outro lote, que esteja adimplente.

Essa prática existe, para que a instituição financeira não se aproprie da receita obtida pelo produtor inadimplente para a quitação do débito com o Banco do Brasil. O INCRA não impede a parceria, apenas exige que a terra esteja produzindo, que o assentado tenha domicílio na mesma e que o talão de Nota Fiscal do titular do lote esteja sendo utilizado. O risco da perda da posse lote apenas ocorre se, a terra estiver abandonada ou se o assentado não comercializou produtos com Nota Fiscal durante o período em que foi fiscalizado. (PLANTAR PROJETOS E PLANEJAMENTOS AGROPECUÁRIOS)

Toda produção de soja do Assentamento Campanário, segue ou para os armazéns do município (Chapada Armazéns Gerais; July Armazéns Gerais e Produsoja e outros), ou para empresas instaladas na região (Büngue e Cargill).

FIGURA 4.1: FLUXO COMERCIAL DA SOJA DO ASSENTAMENTO PARA INDÚSTRIA DE CONSUMO



As empresas consumidoras como Büngue e Cargill não cobram taxa para padronização e armazenagem do produto, que pelo fato de ser uma commodities deve apresentar no máximo, 14% de umidade, 1% de impureza e 6% de ardido (estar verde), porém exigem do produtor exclusividade de compra, e pagam à vista qualquer quantidade, após 4 dias em média.(JULY ARMAZÉNS GERAIS)Os armazéns cobram do produtor uma taxa fixa de R\$ 0,50 por saca, mais R\$ 0,44 pôr quilo, para padronizarem e embalar o produto conforme tabela abaixo:

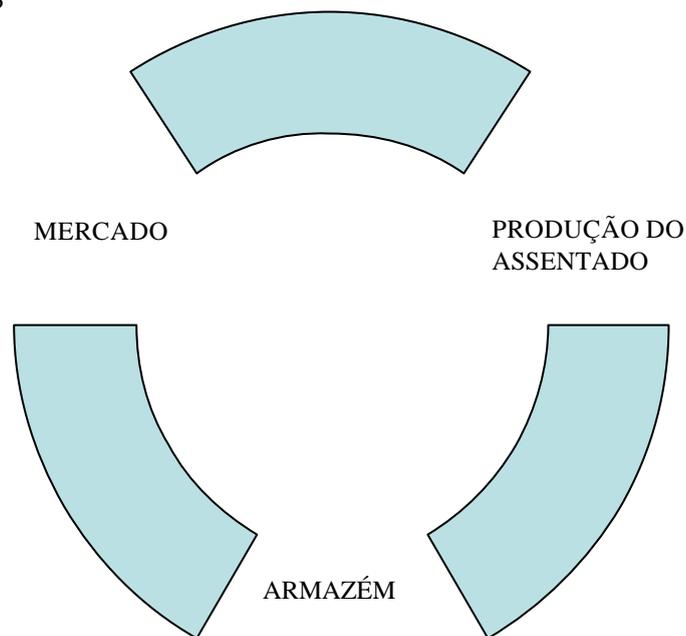
Quadro 4.2 Custo de Beneficiamento e Armazenagem dos Armazéns em São Gabriel do Oeste

TAXA FIXA	COBRANÇA ARMAZENAGEM	QUEBRA TÉCNICA
R\$ 0,50	R\$ 0,14	R\$ 0,30

Fonte: July Armazéns Gerais

Após o beneficiamento, a soja fica armazenada a disposição do produtor, que poderá vendê-la ao armazém que a padronizou, ou para um cliente qualquer, porém os R\$ 0,44 serão cobrados mensalmente, até a negociação final do produto. O fato da cobrança da quebra técnica incidir no custo mensal de armazenagem ocorre pelo fato da soja ir perdendo a umidade com o tempo, o que reduz o peso da saca (JULLY ARMAZÉNS GERAIS)

FIGURA 4.2: FLUXO COMERCIAL DA SOJA DO ASSENTAMENTO PARA OS ARMAZÉNS



4.1.2 MILHO

O Milho acompanha a mesma dinâmica de Beneficiamento Comercialização e Armazenagem desenvolvida junto à soja.

Tabela 4.3: Produção de Milho no Assentamento Campanário no período de 2002-2005

Ano	Sacas / Ha	Area Total	Produção total de Sacas
2002	60,00	200	12.000
2003	58	35	2.030
2004	56	40	2240
2005	47	18	846

Fonte: IDATERRA – São Gabriel do Oeste

Tabela 4.4: Percentual de Ocupação do Espaço de Plantio de Milho 2002 a 2005

Período	Area Total há.	Area Utilizada Para Plantio	Porcentagem
2002	2.851	200	7.01%
2003	2.851	35	1.22%
2004	2.851	40	1.40%
2005	2.851	18	0.63%

Fonte: Idaterra: São Gabriel do Oeste

O Milho que apresentava em 2002 uma área de cultivo de 200 ha. apresentou uma queda de 471% em 2003, em 2004 mostrou um acréscimo de 14,2% com relação ao ano anterior e voltou a declinar em 45% no ano de 2005. A queda total da área de cultivo entre 2002 e 2005 foi de 1.011%

A produção de 2002 atingiu o patamar de 12.000 sacas e apresentou em 2003, uma queda de 491%, reagiu em 2004 com um aumento de 10,34% para em 2005 novamente apresentar queda de 164%

Por obedecer a mesma dinâmica da soja, o milho é comercializado nos mesmos armazéns, com os mesmos gastos, apresenta margem de lucro bruto em torno de 30%, porém a baixa produção do assentamento no período 2002 a 2005, se deve ao fato de muitos lotes terem sido arrendados para produtores de soja. A safra de 2005, apresentou queda em relação aos anos anteriores em razão do baixo índice pluviométrico que afetou todo o estado de Mato Grosso do Sul. A produção do milho foi utilizada apenas, para a subsistência das famílias assentadas e alimentação do gado leiteiro.

4.1.3 SORGO

Tabela 4.5: Produção de Sorgo no Assentamento Campanário no período de 2002-2004

Ano	Sacas / Ha	Area Total	Produção Total de sacas
2002	25,0	300,0	7.500
2003	28,0	350	9.800
2004	32,0	540	17.280

Fonte: IDATERRA – São Gabriel do Oeste

Tabela 4.6: Percentual de Ocupação do Espaço de Plantio do Sorgo Período 2002 a 2004

Período	Área Total há.	Área Utilizada para o Plantio	Porcentagem
2002	2.851	300	10.52%
2003	2.851	350	12.27%
2004	2.851	540	18.94%

Fonte: IDATERRA – São Gabriel do Oeste

As tabelas acima demonstram que a área de cultivo do sorgo que estava em 2002 no patamar de 300 ha. expandiu 16,66% em 2003 e 54,28% em 2004, acompanhando a expansão da produção de soja. Concomitantemente a produção que em 2002 era de 7.500 sacas aumenta 30,66% em 2003 e 76,32% no ano de 2004. A expansão total da área de cultivo no período entre 2002 e 2004 foi de 80% e o aumento da produção de sorgo no mesmo período, apresentou crescimento de 130,40%

O Sorgo segue no bojo da soja, é comercializado nos mesmos locais e geralmente é revendido para a produção de ração.

Tabela 4.7: Produção de Feijão no Assentamento Campanário no período de 2002-2004

Ano	Sacas / ha	Área Plantada	Produção total de sacas
2002	33,0	50,0	1650
2003	30,0	40,0	1.200
2004	30,0	65,0	1.950

Fonte: IDATERRA – São Gabriel do Oeste

Tabela 4.8: Percentual de ocupação do espaço de plantio de Feijão período 2002 a 2004

Período	Area utilizada para o Plantio	Porcentagem
2002	50,0	1,75
2003	40,0	1,40
2004	65,0	2,27

Fonte: IDATERRA – São Gabriel do Oeste

O feijão utilizou em 2002, uma área de cultivo de 50 hectares, apresentou queda na área de utilização em 20% no ano de 2003 e utilizou espaço 62,50% em 2004. A produção era de 1.650 sacas em 2002, apresentou queda de 37% em 2003 e crescimento de 62,50 em 2004. Entre os anos de 2002 e 2004 a área de cultivo utilizada apresentou acréscimo de 30% e a produção no mesmo período aumento de 18,18%.

Percebe-se que existem poucos espaços improdutivos no Assentamento Campanário. A boa qualidade do solo não permite desperdício em hipótese alguma.

4.1.4 LEITE

Tabela 4.9: Produção anual de Leite do Assentamento Campanário no período 2002-2005

Ano	Quantidade Produzida (litros)
2002	600.000
2003	400.000
2004	500.000

Fonte: IDATERRA – São Gabriel do Oeste

A produção de leite no assentamento, como observado nas tabelas acima, apresentou pequena variação entre 2002 e 2004. A produção média de 500.000 litros /ano é o retrato fiel da capacidade produtiva do período.

A produção média de leite do assentamento Campanário com base nos dados fornecidos pelo IDATERRA de São Gabriel do Oeste se situa na faixa de 1370 litros diários que são em sua totalidade coletados pelo SAGA Agroindustrial Ltda, que paga R\$ 042, por litro.

A necessidade diária de leite do Laticínio, é de 200.000 litros e o Assentamento contribui com 0,68% desse total. A coleta é feita a cada dois dias e o pagamento é efetuado ao assentado no dia 20 de cada mês (SAGA AGROINDUSTRIAL LTDA.)

A margem de receita de cada produtor é pequena, pois como afirma Michels, (2004, p. 50) os pequenos produtores utilizam pastagens extensivas como fonte principal de alimentos para o gado e apenas oferecem alimentos volumosos para as vacas em lactação no período da seca.

Empregam mão de obra de baixa qualificação e não se preocupam com A margem de receita de cada produtor é pequena, pois como afirma Michels, (2004, p. 50) os pequenos produtores utilizam pastagens extensivas como fonte principal de alimentos para o gado e apenas oferecem alimentos volumosos para as vacas em lactação no período da seca, empregam mão de obra de baixa qualificação e não se preocupam com a especialização do rebanho

FIGURA 4.3: FLUXO COMERCIAL. DO LEITE NO ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO



A maioria dos assentados do Assentamento Campanário afirmam que o lucro com o leite vem da cria, que quando são machos são comercializados. Ao mesmo tempo conseguem ver no leite, uma fonte de receita constante que compensa a sazonalidade da agricultura.

Tabela 4.10: Produção Interna Média do Assentamento Campanário com valores em Reais

PRODUTO	PREÇO	PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL	VALOR EM REAIS
LEITE	R\$ 0,42 (litro)	500.000	230.000,00
MILHO	R\$ 13,50 (saca)	4.279	57.766,50
SOJA	R\$ 27,50 (saca)	84.825	2.332.687,50
SORGO	R\$ 10,00 (saca)	11.526	115.266,66
TOTAL		-	2.735.720,60

Fonte: Jully Armazéns Gerais – IDATERRA - São Gabriel do Oeste

A Produção Média Anual do Assentamento Campanário em reais, atingiu o valor de R\$ 2.735.720,60, que dividido por 132 famílias que habitam o local nos permite diagnosticar que a Receita Bruta per capita por família, atinge o patamar de R\$ 20.725,15. Dentro de um contexto de cooperação o valor encontrado deveria representar a receita bruta de cada família assentada no local.

4.2 DADOS SOCIAIS

4.2.1 EDUCAÇÃO

O assentamento possui uma Escola Estadual de Ensino Fundamental com o nome de Dorcelina Folador, criada em 27/12/2002 através do decreto 11.004, conta atualmente com um contingente de 152 alunos, 82 matriculados no Período Matutino e 70 no Período Vespertino. Do total de alunos regularmente matriculados, 101 são moradores do assentamento e 51 moradores de fazendas da região. Tem como proposta:

- Favorecer a fixação do homem no campo;
- Oportunizar melhor qualidade de vida;
- Resgatar e fortalecer os valores do homem do campo;
- Educar para a cooperação e o desenvolvimento solidário;
- Propiciar práticas educacionais não formais e comunitárias que atendam as especificidades do homem do campo.

É uma Instituição mantida pelo Estado e Comunidade, que conta com seis salas de aulas, salas para a direção e secretaria, além de uma cozinha. Possui em desenvolvimento os seguintes projetos:

- Horta Comunitária;
- Estudo e Plantio de Chás (Ervas Medicinais);
- Plantio de sementes;
- Plantio de árvores frutíferas e árvores de sombra;
- Arborização e embelezamento da escola
- Plantio de mandioca

4.2.2 SAÚDE

São Gabriel do Oeste tem seu sistema de saúde regionalizado e cada região com aproximadamente 1.500 habitantes, tem à sua disposição um Posto de Saúde Municipal.

O Assentamento Campanário conta com a estrutura de um Posto de Saúde, porém atendimento aos assentados é feito pelo Posto de Saúde Milani no município de São Gabriel do Oeste. O Posto de Saúde atende, os moradores dos Bairros Milani e Areado e os moradores do Assentamento Campanário. O local conta com recepção, um consultório médico, uma sala odontológica, farmácia, sala de vacina e sala de curativos. Apresenta como recursos humanos, um médico, uma enfermeira, um técnico de enfermagem, um auxiliar de enfermagem, um dentista e seis agentes de saúde.

Tabela 4.11: Percentual de Atendimento Médico Mensal aos Assentados no primeiro semestre de 2005.

Total de atendimentos	Município	Campanário	Percentual
1257	1.174	83	7,06%

Fonte: Posto de Saúde Milani

Do total de atendimentos aos moradores do assentamento, 73 deles possuíam mais de 18 anos e outros 10 assentados, eram menores de 18 anos. Onde, dentre os maiores de 18 anos, 46,5% eram do sexo masculino e 56,4% eram do sexo feminino. Já o atendimento para os assentados menores de 18 anos foram 40% para sexo masculino e 60% para o sexo feminino.

As causas dos atendimentos mais freqüentes, informados pela Enfermeira Chefe do Posto de Saúde Milani, são:

- Hipertensão;
- Diarréia;
- Diabetes;
- Febre;
- Verminose;
- Vômito
- Problemas Respiratórios;
- Planejamento Familiar;
- Pré Natal;
- Curativos;
- Acidentes de Trabalho

Atendendo ao processo de inclusão, todos que receberam terras lá são atendidos por projetos educacionais e de saúde voltados para os moradores do assentamento.

4.2.3. ÊXODO E MIGRAÇÕES

Por diversos motivos alguns assentamentos rurais apresentam êxodo ou migrações para outros assentamentos. Na pesquisa de campo foi observado que no caso específico, do Assentamento Campanário, o êxodo não ocorreu, todos os titulares originais se encontram nos lotes e ainda desencadearam um processo de migração que trouxe para o local parentes próximos, que não tinham onde morar.

Do total de habitantes, 47,94% se referem à filhos dos assentados; 9,52% é o percentual de titulares; e 12,52% são parentes que vieram posteriormente.

O fato de a Escola Dorcelina Folador contar com 101 alunos, regularmente matriculados, e residentes no local ratificam a condição de que além da não ocorrência do êxodo, ocorre um processo de inclusão, pelo fato dos filhos dos titulares não precisarem deixar o local para estudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Assentamento Campanário, implantado com base na política de distributivismo agrário e organizado em lotes retangulares de modelo cartesiano, possui um programa de produção bem definido, apoiado na produção de soja, milho, sorgo e leite.

O planejamento da produção caracteriza-se pela existência de uma política agrária interna, porém é desenvolvido por pequenos grupos isolados, quase sempre em torno de quatro ou cinco pessoas que definem o que será produzido em seus respectivos lotes. Esse comportamento se deve ao fato da existência de um número significativo de lotes arrendados e da inexistência de uma cooperativa.

A maneira como produzem, deixa claro que existe no local uma política agrícola, pois os assentados utilizam de maneira correta os fatores de produção, conhecem de forma precisa os tipos de solo, possuem competência e habilidade para lidar com as sazonalidades climáticas e sabem exatamente o procedimento da produção de cada produto que será produzido.

A tecnologia utilizada é de última geração e se aproxima da tecnologia adotada pelos grandes latifúndios da região, contam com assistência técnica privada e possuem máquinas que processam o sistema produtivo em todas as etapas, desde o início até o seu final.

A região facilita o sistema de distribuição dos produtos pelo fato de ser um grande pólo produtor de soja e contar com toda infra-estrutura necessária para a comercialização dos mesmos.

A produção de leite encontra a mesma vantagem, pois basta para o produtor produzir o produto, que o Laticínio São Gabriel realiza a coleta e efetua à vista, o pagamento no vigésimo dia de cada mês.

Vários fatores levaram alguns assentados a optarem pelo sistema de parcerias e pelo plantio da soja, a inexistência de uma cooperativa, as dificuldades de acesso a novos créditos e a elevada faixa etária dos titulares dos lotes, foram agentes catalisadores do processo.

Quanto aos aspectos sociais, foi observado que os assentados originais em sua totalidade residem nos lotes e quando não são localizados é comum encontrarmos o cônjuge no local. Durante a pesquisa, foram observados a presença de parentes próximos residindo com os assentados titulares, caso de cunhados, irmãos, tios e avós que por motivos diversos não tinham para onde ir.

A escola de ensino fundamental Dorcelina Folador, localizada dentro do assentamento, desenvolve um trabalho totalmente voltado para a educação e fixação do homem no campo. Essa instituição educacional possui 101 alunos que são residentes do local, observação que ratifica a presença das 132 famílias que lá residem, pois, a quantidade de alunos regularmente matriculados significam 21,8% da população total, que é de 463 pessoas. Imaginando que esses alunos moram com os pais, este número pode perfeitamente ser multiplicado por três e chegar 303 habitantes, deslocando o percentual para 65,4%. Incluindo o restante da população, não resta nenhuma dúvida quanto ao número de habitantes residentes no Assentamento Campanário.

A escola do assentamento ainda possui em seu quadro de discentes alunos oriundos das fazendas da região.

O transporte dos alunos é realizado por um ônibus da prefeitura do município de São Gabriel do Oeste que percorre todo o assentamento e entorno, para levar e trazer as crianças diariamente até a escola.

É importante destacar que o corpo docente da instituição de ensino é oriundo de São Gabriel do Oeste que pretende transferir para o assentamento o mesmo padrão de educação que o município possui. Os alunos considerados moradores da região, recebem a mesma atenção que os demais moradores do município, pois a cultura sulista predominante, prima para manter no assentamento o mesmo padrão educacional que colocou o IDH de São Gabriel do Oeste acima do IDH estadual e do IDH nacional.

O Assentamento possui um Posto de Saúde que recebe semanalmente a visita de um dentista. Segundo as autoridades de saúde da região, o deslocamento de um médico para o Campanário é inviável, pelo fato de existir um orçamento que estabelece um Posto de Saúde para cada 1.500 moradores. Partindo dessa lógica, a partir do momento em que o número de assentados atingir esse contingente de pessoas, o Posto de Saúde do Assentamento Campanário passará a funcionar regularmente.

A infra estrutura do Assentamento é satisfatória e embora os indicadores sociais sejam positivos, o local, em termos de urbanização se assemelha a alguns bairros de periferia de pequenos centros urbanos.

Concluindo, foi observado que apesar da existência de uma política agrícola e uma política agrária no local, apenas 41 titulares de lotes trabalham em sua propriedade de forma individual, os 91 restantes, optaram pelo processo de parceria, que originou o aparecimento de lotes comunitários de aproximadamente 100 a 150 ha, que produzem em escala e utilizam alta tecnologia na produção.

Convém destacar que o assentamento está totalmente inserido na realidade sócio econômica do município, seus habitantes possuem título de eleitor, votam como qualquer cidadão de São Gabriel do Oeste e pelo fato dos titulares dos lotes e seus familiares residirem no assentamento, atendem de forma plena os atuais objetivos da Reforma Agrária, que é manter o homem no campo, com a intenção de evitar a concentração humana nos centros urbanos.

Sem pretender concluir esta investigação de forma completa, apresentamos neste trabalho apenas alguns aspectos que visualizamos e deixamos espaço para uma série de observações, que com certeza por outros serão estudadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. **Política social e combate à pobreza: a teoria da prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ANGELO, A. B. BOBACCINI, L. A. **Fábrica verde**. Vols. I e II. São Paulo: Global, 2002.

ANTUNES, R. L. C. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal**. Caxambu: Vieira, 1999.

CAVALCANTE, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998.

COSTA, E. V. **Da monarquia a república**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DANTAS, J. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1989.

FONSECA, J. S. **Curso de estatística**. São Paulo: Atlas, 2005.

FONSECA, A. A. Raízes do Latifúndio. In: **Revelações On-line**. Revista da UNIUBE. Uberaba: 2005.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Record, 1999.

GOHN. M. **Os sem terra: ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GORGEN, A. S.; STÉDLE, J. P. **Assentamentos**: a resposta econômica da reforma agrária. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GROSSI, M. E. D.; GRAZIANO, J. **O novo rural**. Vol. I e II. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

JUNGMANN, R. **Erradicar a miséria**: missão essencial do desenvolvimento rural. Brasília: NEAD, 2000.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: do mito a realidade. Campinas: UNICAMP, 1998.

LEAL, L. **Reforma agrária da Nova República**. São Paulo: Cortez, 1986.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MÃTTAR N. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MICHELS, I. **Cadeia produtiva do leite**. Campo Grande: UFMS, 2004.

_____. **Sojicultura**. Campo Grande: UFMS, 2004.

MONIZ, E. **A guerra social de Canudos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOREIRA, R. L. C. A questão Agrária no Brasil: Estudo do Caso do Assentamento São Manoel. **Monografia**. Especialização em História Regional. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana: UFMS, 2005.

NADAI, E. NEVES, J. **História do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1987.

NETO, F. G. **A tragédia da terra**. São Paulo: Iglu, 1991.

_____. **O carma da terra**. São Paulo: Girafa, 2004.

OLIVEIRA, P. **Terra e vida**. São Paulo: Global, 2002.

PRADO, Jr. C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Schwarcz, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

- ROESCH, S. **Projetos de estágio no Curso de Administração**. São Paulo: Atlas, 1996.
- SILVA, J. G. **O progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- SORJ, B. **A reforma agrária**. São Paulo: Cebrap, 1998.
- SOUZA, N. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.
- TEÓFILO, E. **A necessidade de uma reforma agrária ampla e participativa para o Brasil**. Brasília: NEAD, 2002.
- VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VERGARA, S. C. **Ações coletivas praticadas por produtores rurais**. São Paulo: Atlas, 2000.
- VIEIRA, E. **Estado e miséria social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1983.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, 2001.